

THAISE APARECIDA CUTAS

A NOVA CONTROVÉRSIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL:
UMA SÍNTESE SOBRE O TEMA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

THAISE APARECIDA CUTAS

A NOVA CONTROVÉRSIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA SÍNTESE SOBRE O TEMA

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR


Prof. MSc. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves
Departamento de Economia, UFPR

CURITIBA
2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ASCENSÃO E QUEDA NA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA.....	6
2.1 DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA: O AUMENTO DA DESIGUALDADE	6
2.2 A RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA 1995-2009	10
2.3 A CONVERGÊNCIA DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 2000.....	12
3. DETERMINANTES DA QUEDA NA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA.....	15
3.1 ANATOMIA DA DESIGUALDADE – EXPLICAÇÕES POSSÍVEIS	15
3.2 OS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA CONCENTRAÇÃO PESSOAL DA RENDA	21
3.3 DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA RENDA PESSOAL PARA O BRASIL E PARA AS MACRORREGIÕES	28
4. A NOVA CONTROVÉRSIA: A MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DE RENDA VERSUS A ESTABILIDADE DA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA.....	33
4.1 SÍNTESE DO DEBATE DA DÉCADA DE 1970	33
4.2 A RECENTE QUEDA NA DESIGUALDADE E SEUS LIMITES	35
4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA PNAD E DO SCN	41
5. CONCLUSÃO	49
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trouxe boas notícias: a queda nas medidas dos indicadores de desigualdade da distribuição pessoal da renda. A trajetória de queda, iniciada em meados da década de 1990, e intensificada a partir de 2001, fez com que o Brasil se aproximasse dos menores índices de iniquidade observados desde o início da série histórica iniciada em 1960. Entre 2001 e 2009 o Índice de Gini da distribuição de renda domiciliar *per capita* caiu 9,3%, ou seja, 1,2%, em média, ao ano. Se isso for uma tendência de longo prazo, uma das características mais perversas da realidade social brasileira pode estar mudando.

No cenário internacional o país continua ocupando uma posição negativa, segundo Barros *et al* (2010), apesar da recente redução no grau de desigualdade pessoal da renda, cerca de 90% dos países está em situação melhor do que o Brasil. Seriam necessários muitos anos de queda sustentada para que o Brasil apresentasse uma distribuição de renda compatível com os países que têm nível de desenvolvimento equivalente ao brasileiro.

A melhoria recente dos indicadores de desigualdade de renda no Brasil inspirou um grande debate entre os pesquisadores sobre fatores determinantes, a magnitude e a significância desse fenômeno. Historicamente o tema tem sido alvo de grandes debates, na década de 1970, quando o crescimento acelerado da economia brasileira foi acompanhado por uma elevação significativa da desigualdade, a discussão sobre o tema era, à grosso modo, dividida em duas correntes: de um lado os que viam a desigualdade como uma consequência natural do crescimento acelerado da economia no período, combinando a teoria de Kuznets com um possível viés tecnológico da complementaridade entre capital e qualificação, cujo precursor foi Langoni (1973) e; de outro lado, aqueles que acreditavam que a desigualdade era fruto das políticas econômicas adotadas na época. A atual trajetória da desigualdade de renda também tem gerado controvérsias, um dos aspectos debatidos é a evolução da distribuição pessoal da renda em comparação com a evolução da distribuição sob a ótica funcional.

A distribuição funcional compreende as três principais formas de apropriação da renda em um determinado país: o excedente bruto das empresas; a remuneração

do trabalho; e impostos e contribuições sociais. Na abordagem da distribuição funcional clássica, a análise é basicamente fundamentada na delimitação entre a parcela da remuneração do trabalho, associada ao pagamento da reprodução da força de trabalho, e a do excedente, que constitui a parcela apropriada pelos detentores de propriedade, seja na forma de lucros, juros ou renda da terra. Na abordagem distribuição pessoal da renda a unidade de análise é o indivíduo e a dotação dos seus recursos, bem como a produtividade dos seus serviços avaliada no mercado de trabalho. Traduz-se na forma como a renda disponível é apropriada pelos indivíduos ou pelas famílias.

Analisando os dados da distribuição de renda, entre 1995 e 2007, constata-se que a queda da desigualdade da distribuição, sob a ótica da distribuição pessoal, não foi acompanhada, em todos os anos, pela melhoria da desigualdade da distribuição funcional. Esta contradição torna passível o questionamento quanto à situação de melhora apontada pelos indicadores da distribuição pessoal.

O objetivo deste estudo é analisar as principais interpretações sobre a melhoria na distribuição de renda pessoal no Brasil, entre 1995 e 2007, e confrontar com a evolução da distribuição funcional da renda no mesmo período.

Para atender ao objetivo, o trabalho está dividido em cinco capítulos além desta introdução.

No segundo capítulo é apresentada a evolução da situação da desigualdade pessoal da renda, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), complementada por dados do CENSO. Compreende o período entre a década de 1960 e a primeira década dos anos 2000.

No terceiro capítulo é exposta uma revisão bibliográfica dos trabalhos que avaliam e mensuram os determinantes da recente queda da desigualdade pessoal da renda no Brasil.

O quarto capítulo apresenta os principais dados que são apontados como limitantes as conclusões sobre a distribuição pessoal da renda. Também é apresentada a evolução da distribuição funcional, no período entre 1990 e 2009, e sua comparação com a evolução da distribuição pessoal.

Por fim, no quinto capítulo são apontadas as conclusões obtidas com as discussões anteriores.

2. ASCENSÃO E QUEDA NA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Este capítulo reúne informações que permitem analisar a evolução da desigualdade pessoal da renda a partir da década de 1960 até a primeira década dos anos 2000. Inicia-se com análise do período de ascensão da desigualdade, de 1960 a meados da década de 1990. A seguir o estudo concentra-se em investigar os dados que caracterizam a recente queda, o período analisado é de meados da década de 1990 ao ano de 2009. Em seguida, na terceira parte, são comparadas as décadas de 1960 e 2000.

2.1 DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA: O AUMENTO DA DESIGUALDADE

A análise das décadas de 1960 e 1970 foi feita com base nos dados do Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 10 anos. Os dados se referem à população economicamente ativa com renda positiva de acordo com a renda pessoal total (soma da renda de todas as fontes). A partir de 1980 passa a ser utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que utiliza o conceito de renda domiciliar *per capita*.

A tabela 1, na qual foram sintetizados os dados do estudo de Barros e Mendonça (1992), mostra que entre 1960 e 1970, a renda média aumentou em 25%, o equivalente a uma taxa média anual de 2,2%, no entanto, apesar do crescimento observado, houve aumento na desigualdade da distribuição de renda, o índice de Gini da população economicamente ativa (PEA), com rendimentos passou de 0,504 para 0,561.

De 1970 para 1980, período que engloba o “milagre Brasileiro”, a taxa de crescimento da renda média anual foi de 7,0%, o que resultou em um aumento de 97% na renda média. O crescimento foi mais elevado e melhor distribuído quando comparado à década anterior. Contudo, houve um pequeno aumento no grau de desigualdade, o índice de Gini da PEA aumentou de 0,561 para 0,592.

Entre 1980 e 1990 o crescimento da renda média anual foi -1,5%, em todos os decis da distribuição houve decréscimo da renda média, sendo que a queda foi

mais alta quanto menor o nível de renda. O coeficiente de Gini da PEA passou de 0,592 para 0,615.

Analisando a apropriação percentual relativa da renda, entre 1990 e 1960, podemos observar que a parcela mais pobre da população perdeu participação na apropriação da renda total em mais de 30%, enquanto o decil mais rico teve sua parcela de apropriação aumentada em 22,8%.

TABELA 1 - INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 1960 – 1990

Decis	1960		1970		1980		1990		1990/1960	
	Renda Média	% da renda apropriada	Renda Média	% da renda apropriada	Renda Média	% da renda apropriada	Renda Média	% da renda apropriada	Varição relativa renda média	Varição relativa % apropriada de renda
Primeiro	689	1,17	852	1,16	1702	1,18	1012	0,81	46,88%	-30,77
Segundo	1366	2,32	1506	2,05	2929	2,03	2240	1,80	63,98%	-22,41
Terceiro	2013	3,42	2203	3	4256	2,95	2746	2,20	36,41%	-35,67
Quarto	2737	4,65	2798	3,81	5151	3,57	3783	3,04	38,22%	-34,62
Quinto	3621	6,15	3687	5,02	6363	4,41	5057	4,06	39,66%	-33,98
Sexto	4509	7,66	4531	6,17	8051	5,58	6819	5,47	51,23%	-28,59
Sétimo	5540	9,41	5295	7,21	10345	7,17	9154	7,35	65,23%	-21,89
Oitavo	6387	10,85	7307	9,95	14254	9,88	12855	10,32	101,27%	-4,88
Nono	8648	14,69	11126	15,15	22161	15,36	20264	16,27	134,32%	10,76
Décimo	23348	39,66	34128	46,47	69094	47,89	60660	48,69	159,81%	22,77

FONTE: Barros e Mendonça (1992); Mendonça e Ramos (2005). Elaboração Própria.

O gráfico 1 mostra que o crescimento econômico ocorrido entre 1960 e 1990 (2,2% nos anos 60, de 7% nos anos 70 e de -1,5% nos anos 80) gerou incremento na renda média de todos os decis da distribuição da PEA, no período 1960-1990, mas com maior aumento para os 20% mais ricos. No período 1960-1970 houve crescimento para os decis do extremo da distribuição, praticamente nulo para o meio, e com maior aumento para os 20% mais ricos. Na década 1970-1980 houve um crescimento econômico expressivo e todas as classes se beneficiaram, nos extremos da distribuição houve maior crescimento do que para os decis intermediários.

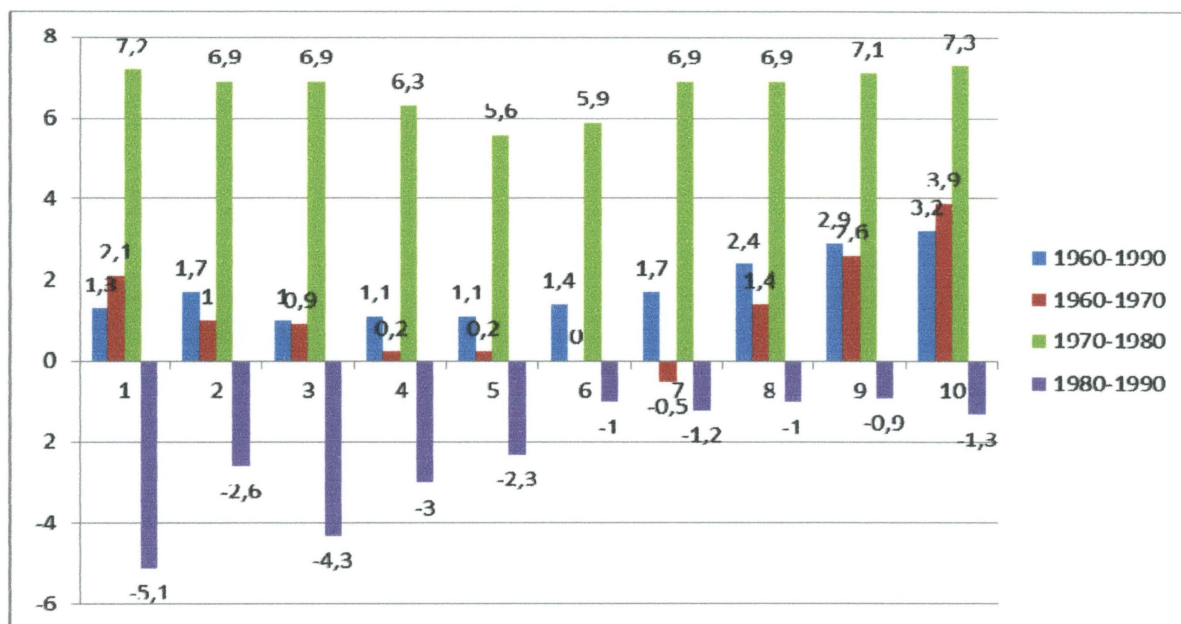


GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento da renda a cada decil da distribuição da PEA.
FONTE: Curotto (2011).

O Gráfico 2 mostra a parcela de renda apropriada pelos 50% mais pobres, pelos 40% intermediários e pelos 10% mais ricos, para as décadas assinaladas. Ao longo das décadas, houve redução da renda apropriada pelos 50% mais pobres e aumento da fração apropriada pelos 10% mais ricos.

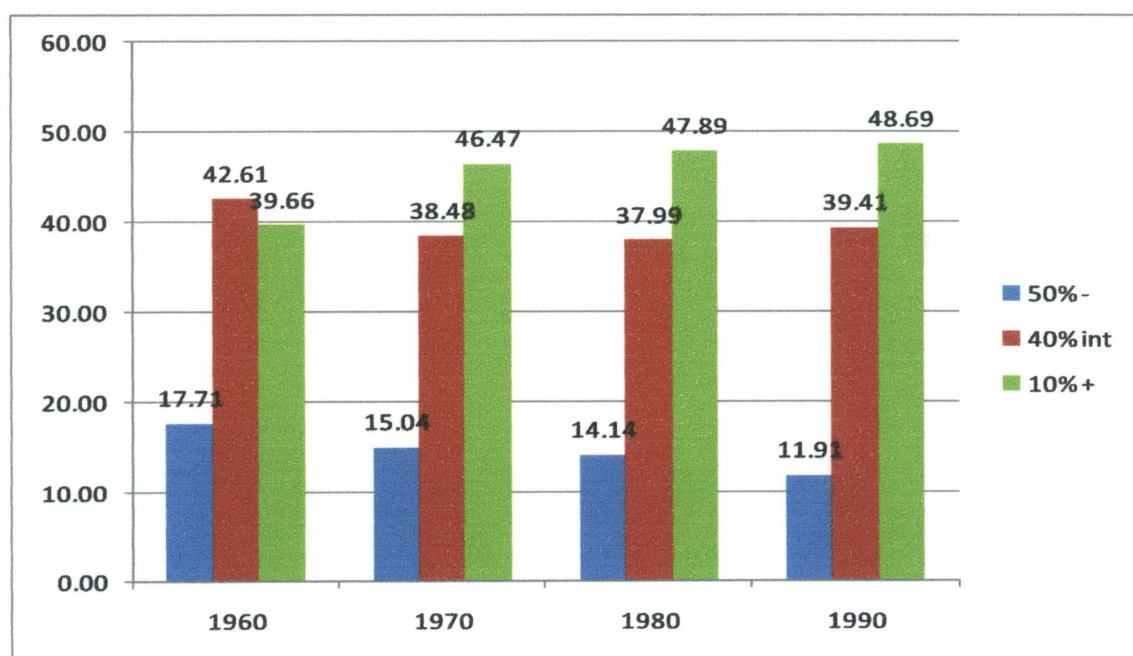


GRÁFICO 2 – Parcelas da renda apropriada pela PEA assinalada.
FONTE: Curotto (2011).

O gráfico 3 mostra claramente, através da curva de Lorenz, a piora na desigualdade de renda ocorrida entre as décadas de 1960 e 1990. A curva de Lorenz é uma das principais ferramentas para a análise da desigualdade, ela mostra como a proporção da renda total aumenta em razão da proporção da população, considerando rendas crescentes *per capita*. Se a renda de todas as pessoas fosse igual, a proporção acumulada da renda seria sempre igual à proporção acumulada da população, o que configuraria uma situação de “perfeita igualdade”, representada no gráfico pela reta de igualdade absoluta. Assim, quanto mais afastada da reta de igualdade absoluta, maior a desigualdade da distribuição. A curva de 1990 é a mais afastada da curva de perfeita igualdade, o que indica que, nesta década, a proporção da renda em mãos da população mais rica é maior do que a apropriação pelos mais pobres. Além disso, o formato da curva mostra que o aumento da desigualdade deu-se, principalmente, pela redução da renda das parcelas intermediárias da população.

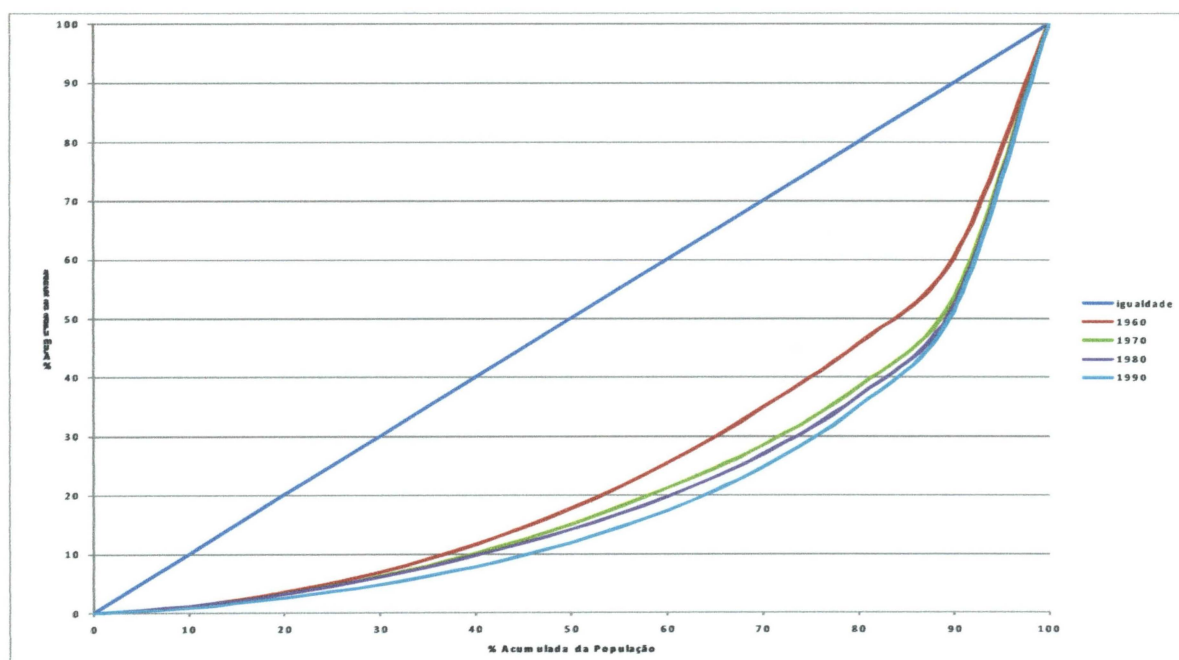


GRÁFICO 3 – Curva de Lorenz para os anos assinalados - PEA.
 FONTE: Curotto (2011).

2.2 A RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA 1995-2009

Após décadas convivendo com níveis elevados de desigualdade, a recente queda tem sido um tema muito debatido na literatura. A análise desse fenômeno é de altíssima relevância já que o Brasil, mesmo após a redução, destaca-se no cenário internacional como um dos países mais desiguais do mundo. O objetivo desta subseção é apresentar os dados que caracterizam a queda dos indicadores de desigualdade entre os anos de 1995 e 2009.

A redução da desigualdade pode ser observada a partir do ano de 1995, entretanto a partir de 2001 fica evidente essa tendência. O gráfico 4 mostra que, entre 2001 e 2009, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. Segundo o coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita (RDPC) a desigualdade declinou 9,3%, passando de 0,593 em 2001 para 0,538 em 2009, correspondendo a uma taxa de redução média anual de 1,2%.

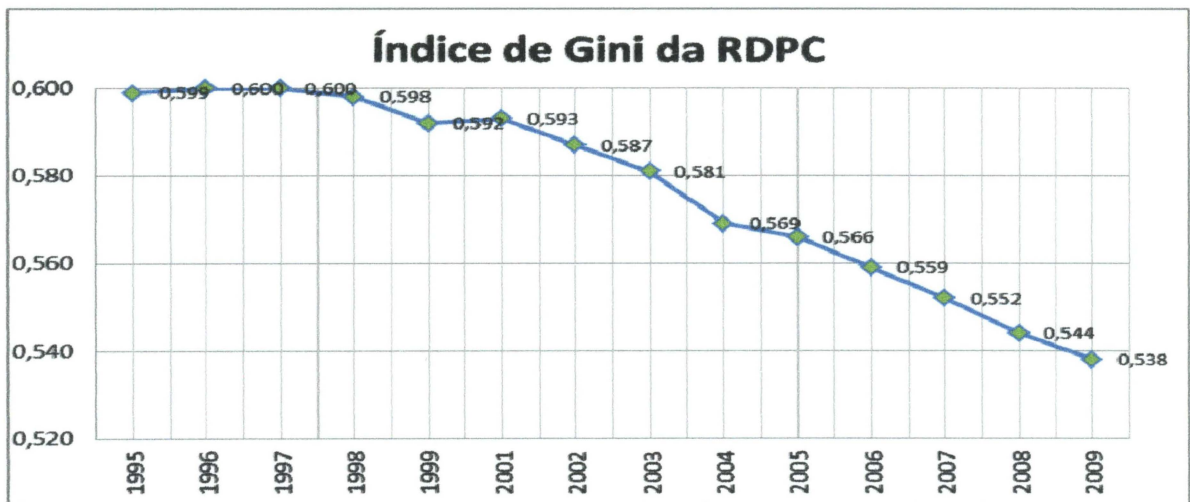


GRÁFICO 4 – Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita.
 FONTE: IBGE (2011). Elaboração própria.

A porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos, dos 40% intermediários e pelos 50% mais pobres também indica a tendência na melhora da distribuição de renda. O gráfico 5 mostra que a parcela apropriada pelos 10% mais ricos reduziu de 47,85% para 42,77%, de 1995 a 2009. Ao contrário, a renda dos 50% mais pobres aumentou de 12,35% para 15,49% no mesmo período.

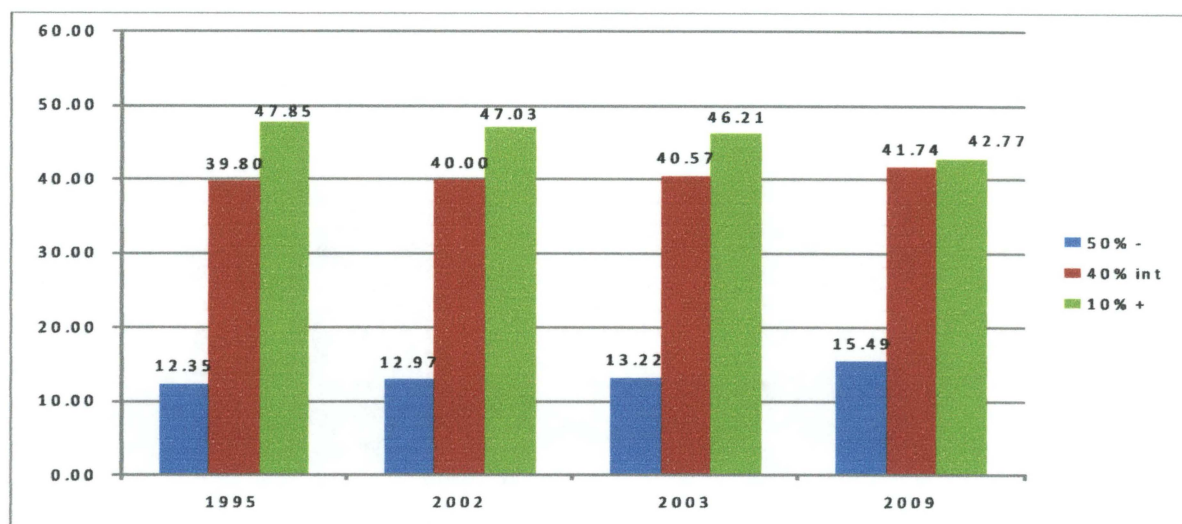


GRÁFICO 5 – Parcelas da renda apropriada pela PEA assinalada.
FONTE: Curotto (2011).

A renda mensal média para cada decil da distribuição da PEA é representada pelo gráfico 6. A análise deste gráfico indica que a renda média da PEA reduziu. É evidente a intensidade da desigualdade, a curva da renda média ao decimo mais rico está distante e muito acima dos outros decis da distribuição. A partir deste gráfico pode-se observar que todos os decis tiveram queda em sua renda média de 1995 a 2003, passando a ter melhoria a partir de 2004 até 2009.

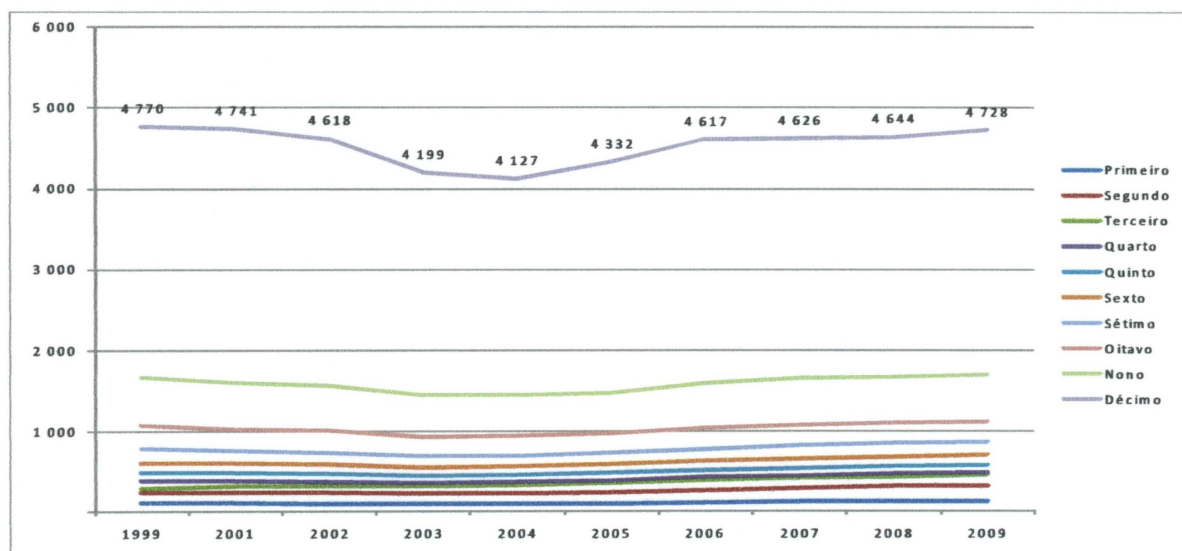


GRÁFICO 6 – Evolução do valor da renda média mensal da PEA, por decis.
FONTE: Curotto (2011)

As curvas de Lorenz da renda domiciliar per capita, para os anos de 1995, 2003 e 2009, indicadas no gráfico 7, mostram uma melhora generalizada em todos os decis da distribuição de renda. Ao longo dos anos indicados a curva foi se aproximando cada vez mais da curva de perfeita igualdade.

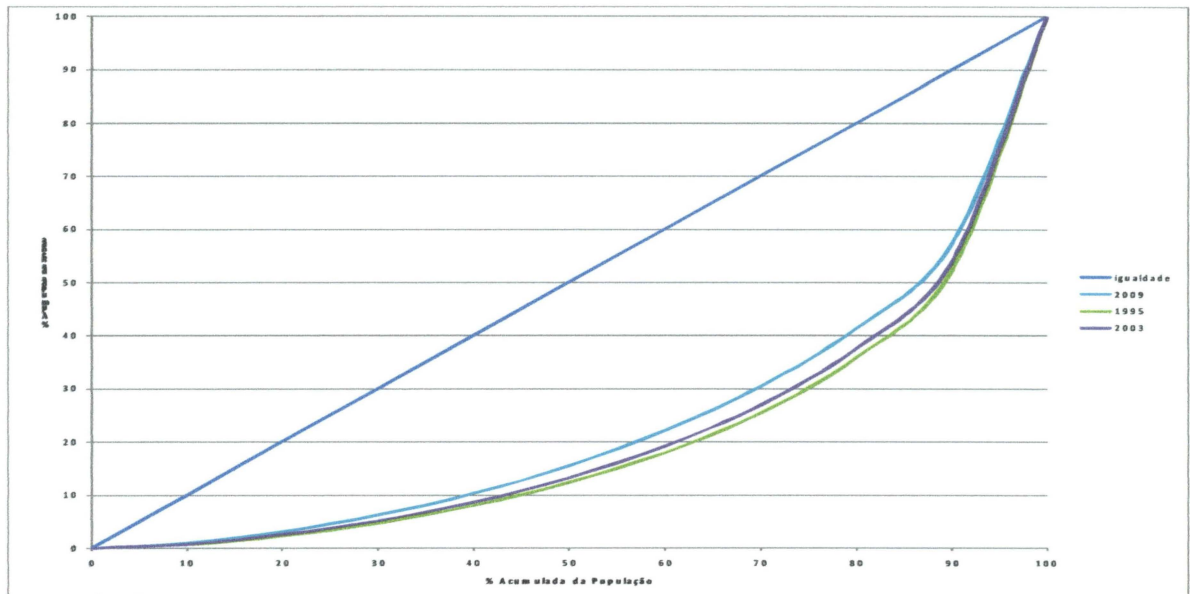


GRÁFICO 7 – Curva de Lorenz da distribuição da RDPC para as décadas assinaladas.

FONTE: Curotto (2011).

2.3 A CONVERGÊNCIA DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 2000

Os dados apresentados pelas FNADs dos últimos anos surpreenderam quando apresentaram uma queda significativa entre os diferentes indicadores de desigualdade pessoal da renda. Apesar de ainda estar em um patamar bastante elevado, a concentração de renda tem apresentado uma queda contínua e expressiva. Cabe frisar que o atual patamar da concentração de renda praticamente reflete a situação em que nos encontrávamos na década de 1960, meio século atrás.

Quando comparadas as décadas de 1960 e 2000, é possível perceber que voltamos praticamente aos níveis de desigualdade daquela década. O gráfico 8 mostra que, meio século depois, na primeira década dos anos 2000, o índice de Gini da PEA atinge 0,518, um valor muito próximo ao encontrado na década de 1960. Por mais de três décadas, a elevada desigualdade foi rígida e inflexível, somente a partir

de meados da década de 1990 apresentou sinais de redução. Contudo, ainda nos anos 2000 não foi possível atingir o menor índice de desigualdade desde o início da série histórica iniciada em 1960.

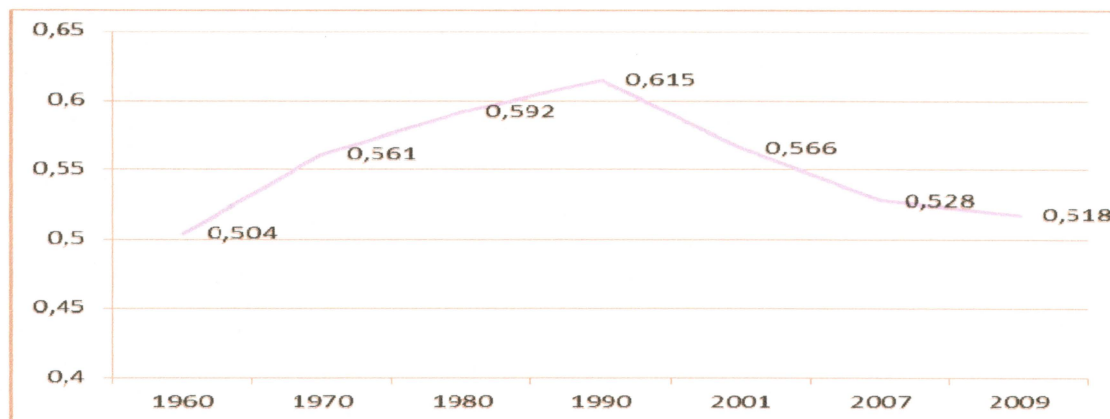


GRÁFICO 8 – Índice de Gini das pessoas ocupadas com rendimento mensal do trabalho (todos os trabalhos)

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

O Gráfico 9 apresenta a proporção apropriada pelos 50% mais pobres em comparação aos 40% intermediários e os 10% mais ricos para as décadas de 1960 e 1990. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres em 2009 é muito próxima da observada na década de 1960, enquanto em 2009 a parcela apropriada foi de 17,80%, em 1960, 17,71% da renda ficaram em mãos da parcela mais pobre da população. Para os 10% mais ricos a parcela apropriada permanece maior, 42,55% da renda das pessoas economicamente ativas fica em mãos de apenas 10% da população mais rica.

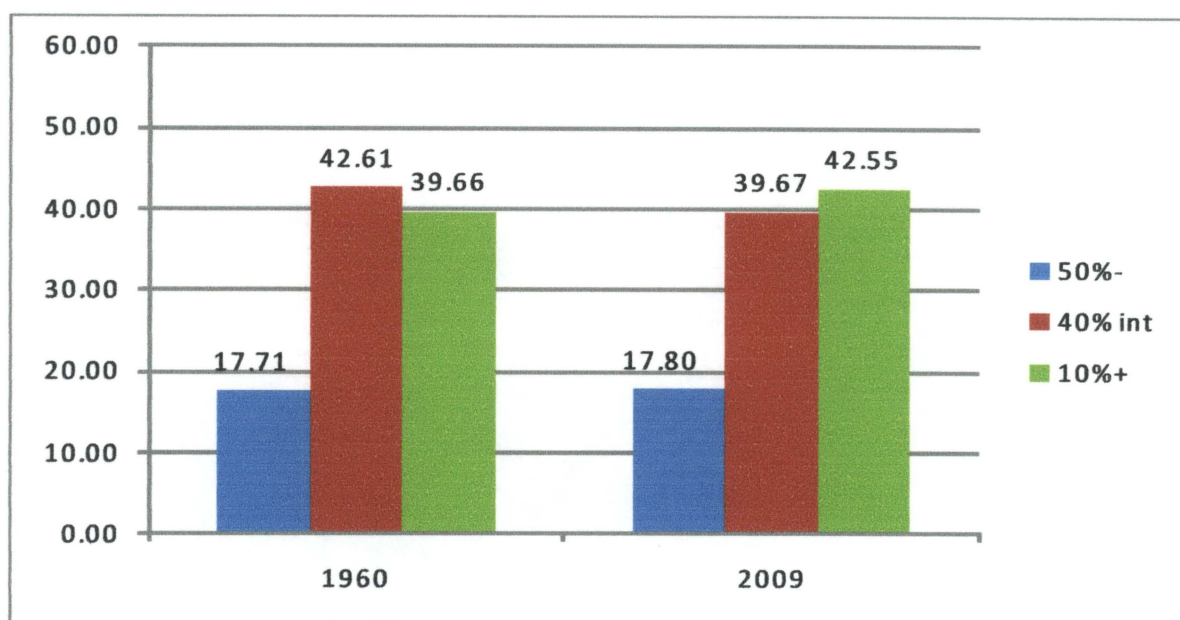


GRÁFICO 9 – Parcela de renda apropriada pela PEA assinalada.
 FONTE: Curotto (2011).

As medidas de desigualdade apresentadas anteriormente mostram uma inequívoca tendência de queda. A redução na desigualdade aponta para uma melhora na condição de vida da população mais carente, mesmo em períodos de relativa estagnação da renda *per capita*. Apesar disso, é evidente, quando comparada a primeira década dos anos 2000 com a década de 1960, que não houve avanço relativo à melhor situação em que o país já registrou durante os últimos 50 anos. Essa situação evidencia a necessidade de manutenção no movimento de queda destes indicadores. Para isso torna-se imprescindível a identificação dos fatores determinantes da queda da concentração dos rendimentos pessoais. A identificação será o foco da discussão apresentada no capítulo seguinte.

3. DETERMINANTES DA QUEDA NA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Neste capítulo é apresentado o debate existente na literatura nacional sobre os fatores determinantes da queda na desigualdade da distribuição pessoal de renda. As medidas de desigualdade apresentadas anteriormente mostram uma inequívoca tendência de queda após décadas de convivência com um rígido e inflexível movimento concentrador. Apesar dos inúmeros estudos sobre o tema, há consenso entre a maioria dos pesquisadores quanto aos fatores que estão por trás da melhora nos indicadores.

3.1 ANATOMIA DA DESIGUALDADE – EXPLICAÇÕES POSSÍVEIS

Soares (2006) propõe duas possíveis justificativas para explicar a expressiva redução da desigualdade da renda domiciliar *per capita*. Uma delas é atribuída à política social do Estado e a outra atribuída ao mercado de trabalho.

O primeiro grupo contempla os programas de transferência de renda, dentro dos quais estão as aposentadorias rurais, o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC) e o Regime Geral de Previdência Social que, apesar de não se tratar de um programa de transferência propriamente dito, pode ser considerado como tal por transferir renda aos mais pobres. Segundo Soares (p. 96, 2006), o impacto distributivo potencial torna-se importante quando se considera que tais benefícios são indexados ao salário mínimo, que tem crescido de modo quase contínuo, em termos reais, desde 1994, conforme mostra o gráfico 10.

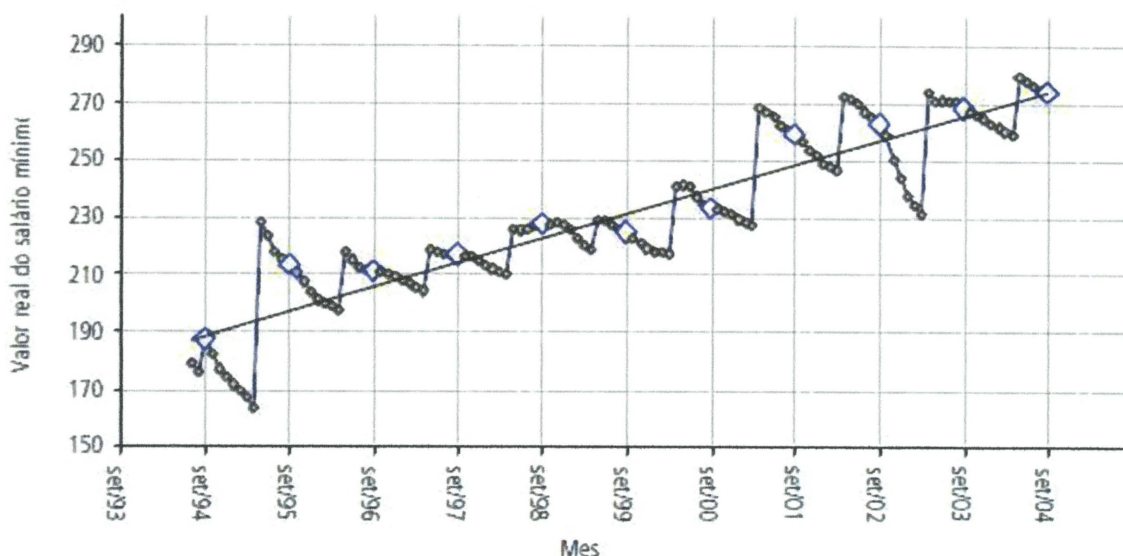


GRÁFICO 10 – Evolução do salário mínimo real – 1994 - 2004
 FONTE: Soares (2006).

Nesse arcabouço também foram considerados os programas não indexados ao salário mínimo, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás, a maioria dos quais já se encontram incorporados ao mais importante desses programas, o Bolsa-Família.

A outra possível justificativa para a redução da desigualdade se refere ao mercado de trabalho. O salário mínimo, conforme já demonstrado, teve seu valor aumentado, em termos reais, entre 1994 e 2004. Além de indexar alguns programas de transferência de renda, o salário mínimo pode estar redistribuindo renda via mercado de trabalho, principalmente, quando se trata do mercado informal, no qual é a mais forte referência. Por outro lado, a demanda por trabalho também pode ter sido alterada. Uma vez que o país tenha entrado num ciclo de crescimento sustentado os empregadores podem ter passado a admitir mais trabalhadores, com contrato formal, aumentando a demanda por trabalho não qualificado. Além disso, mudanças setoriais, induzidas por variações na taxa de câmbio, também podem ter aumentando a procura por estes trabalhadores. Por fim, o mercado de trabalho pode ter sido afetado por alterações na oferta de trabalho. Melhorias no sistema educacional podem ter aumentado a oferta de mão-de-obra qualificada, levando a redução na desigualdade mediante o efeito preço.

Com o intuito de analisar esse fenômeno e identificar as causas por trás da queda na desigualdade da distribuição pessoal da renda, o autor decompõe o índice

de Gini, para cada componente da domiciliar *per capita*, conforme determinado pela PNAD, e quantifica a sua contribuição para o aumento ou queda na desigualdade da distribuição pessoal. As rendas são agregadas nas seguintes categorias:

- a) Renda do trabalho, que inclui renda do trabalho principal, do trabalho secundário e dos outros trabalhos, tanto monetária como não monetária;
- b) renda de juros, dividendos e bolsa família, que inclui a categoria de renda *juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos (R\$) que ganhava normalmente*, em que se encontra registrada a renda de programas de transferência de renda não indexados ao salário mínimo, tais como Bolsa-Escola e Bolsa Família;
- c) renda de pensões e aposentadorias, que inclui quatro categorias de renda: pensões públicas, pensões privadas, aposentadorias públicas e aposentadorias privadas. Subdividiu-se esta categoria em pensões e aposentadorias indexadas ao salário mínimo e outras pensões e aposentadorias usando como estratégia de identificação se o indivíduo recipiente de cada uma dessas rendas recebia exatamente um salário mínimo em uma dessas rendas. Essa estratégia de identificação superestima o impacto de variações do salário mínimo sobre a distribuição de renda na medida em que inclui pensões privadas, nas quais se encontram pensões alimentícias pagas por ex-cônjuges, mas também o subestima na medida em que não inclui benefícios que são uma fração de salário mínimo. O saldo, sem dúvida, é uma pequena subestimação do impacto do salário mínimo sobre a distribuição de renda; e
- d) outras rendas que incluem alugueis, doações e abono permanência.

A decomposição no índice de Gini consiste em uma metodologia capaz de identificar dois efeitos sobre a variação deste indicador: o efeito composição e o efeito concentração. O efeito concentração representa o quanto Gini muda em razão da variação na concentração de uma determinada renda e, o efeito composição mostra o quanto o Gini muda em virtude de um aumento ou redução do peso de uma renda na renda total.

O gráfico 11 mostra a evolução dos coeficientes de concentração de cada fonte de renda no período de 1995 a 2004. A renda cujo coeficiente de concentração

mudou de forma significativa foi a derivada dos juros, dividendos e bolsa família, o coeficiente de concentração desta renda passou de 81,5 em 1996 para 15,9 em 2004. Da mesma forma, porém em menor intensidade, o coeficiente de concentração da renda do trabalho passou de valores acima de 59 para 56,7 em 2004, o menor índice desta série. Essas duas fontes de renda possivelmente atuaram de forma progressiva para a redução da desigualdade. A renda derivada das aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo teve sua progressividade reduzida, seu coeficiente de concentração alcançou o pico em 2004, chegando a 12,5, contudo manteve-se como a categoria de renda mais progressiva.

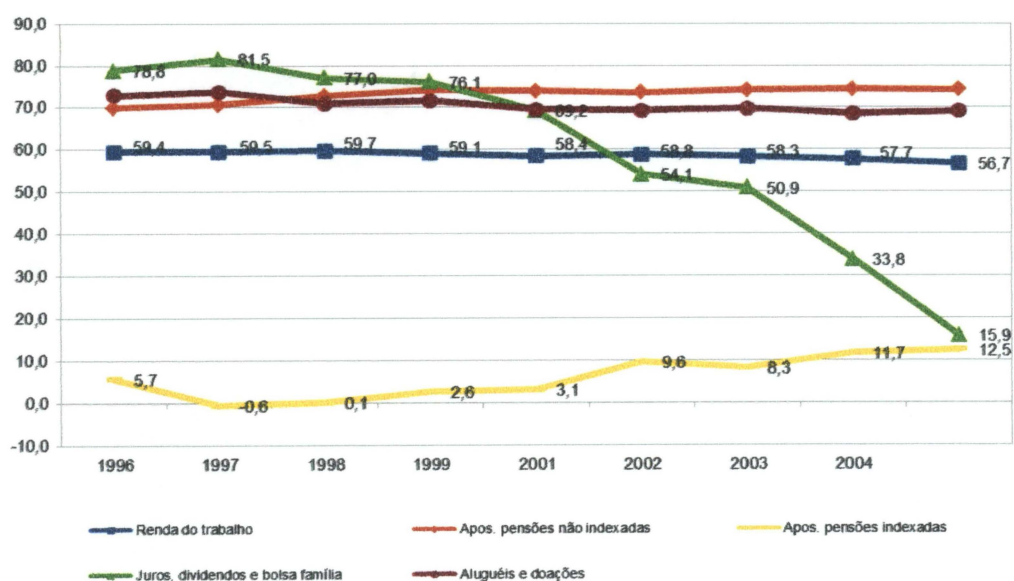


GRÁFICO 11 - Coeficientes de concentração de cada fonte de renda no período de 1995 a 2004

Fonte: Soares (2006). Elaboração própria.

O gráfico 12 mostra a evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional. Apesar de preponderante na renda nacional, a participação da renda do trabalho caiu de 82,1% para 76,5% no período indicado.

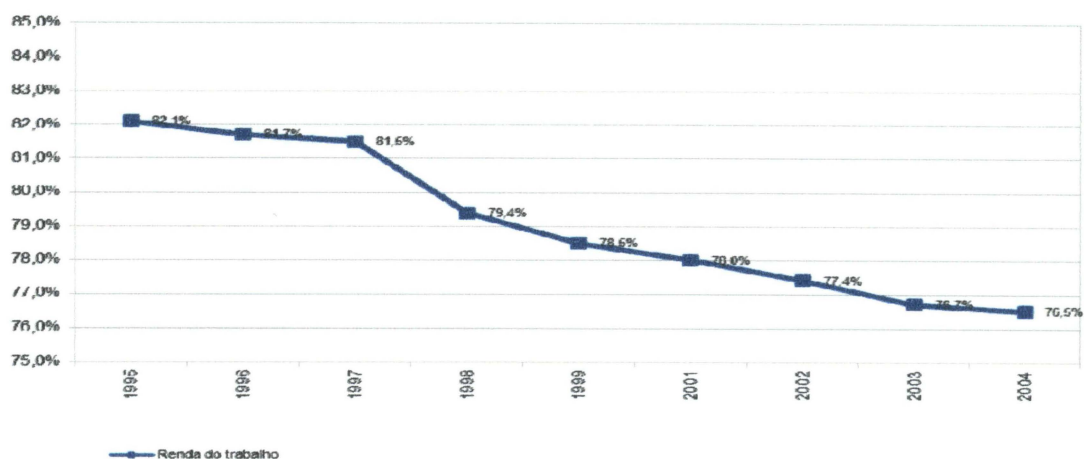


GRÁFICO 12 - Participação da renda do trabalho na renda total, nos anos assinalados.

FONTE: Soares (2006). Elaboração Própria

Dentre as outras fontes de renda, mostradas no gráfico 13, três categorias tiveram aumentos expressivos da participação na renda total: a renda das aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo, passou de 2,5% em 1995 para 4,6% em 2004; outras aposentadorias e pensões, aumentou de 11,7% para 14,8%; e juros e dividendos, e bolsa família, que passou do mínimo de 0,6% em 1997 para 1,6% em 2004.

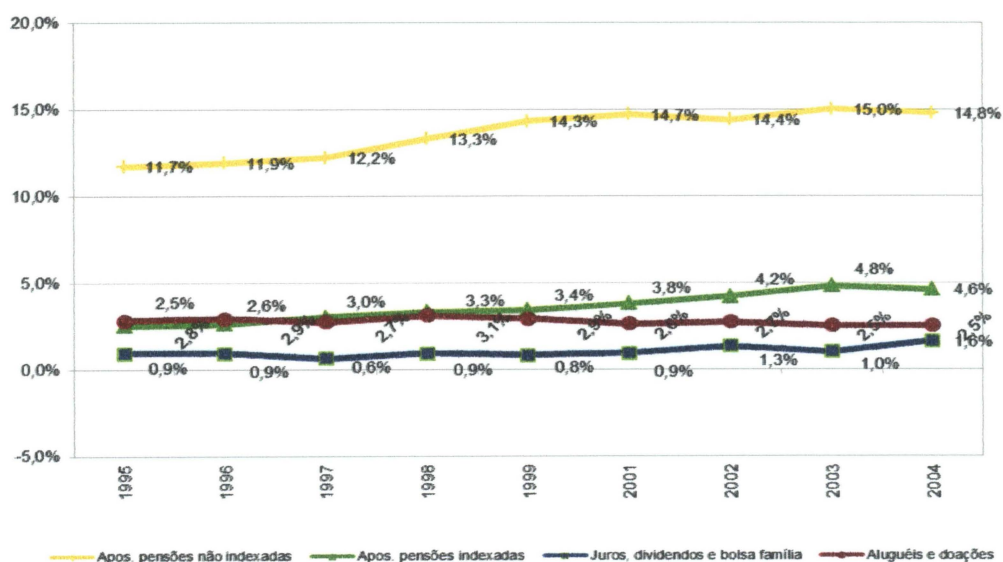


GRÁFICO 13 - Participação de cada fonte de renda na renda total, para os anos assinalados.

FONTE: Soares (2006). Elaboração Própria

A tabela 2 mostra a decomposição percentual na variação do coeficiente de Gini da RDPC entre 1995 e 2004. As primeiras quatro colunas mostram a mudança, ano a ano, para os anos da queda na desigualdade da distribuição da renda pessoal, de 1999 a 2004. A penúltima coluna mostra a decomposição para o período de queda mais acentuada, entre 2001 e 2004. A última coluna mostra a decomposição para o período de queda como um todo, entre 1995 e 2004.

TABELA 2 - Decomposição percentual na variação do coeficiente de Gini da RDPC: 1995-2004

	2004-2003	2003-2002	2002-2001	2001-1999	2004-2001	2004-1995
Efeito concentração	88%	76%	60%	206%	79%	75%
Efeito composição de rendas	12%	24%	40%	-106%	21%	25%
Renda do trabalho						
Efeito concentração	71%	67%	64%	184%	68%	73%
Efeito renda	0%	0%	0%	2%	0%	-1%
Total	71%	66%	64%	186%	68%	73%
Aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo						
Efeito concentração	-3%	-24%	8%	136%	-5%	-8%
Efeito renda	-7%	42%	31%	-121%	16%	36%
Total	-10%	18%	39%	15%	10%	28%
Outras aposentadorias e pensões						
Efeito concentração	1%	-3%	-15%	-35%	-5%	-20%
Efeito renda	3%	-16%	7%	28%	-1%	-15%
Total	3%	-18%	-9%	-6%	-6%	-34%
Juros, dividendos e transferências incluindo o bolsa família						
Efeito concentração	21%	32%	5%	-76%	20%	27%
Efeito renda	16%	-6%	4%	1%	7%	3%
Total	38%	26%	9%	-74%	27%	30%
Aluguéis, doações e outras rendas						
Efeito concentração	-1%	5%	-2%	-4%	0%	3%
Efeito renda	0%	4%	-1%	-17%	1%	2%
Total	-2%	9%	-3%	-20%	1%	5%

FONTE: Soares (2006).

Com base nestes dados, atribui-se 15% da queda no coeficiente de Gini da RDPC ao efeito concentração da renda e 25% ao efeito composição da renda. O resultado mais expressivo é a contribuição do efeito concentração da renda do trabalho na redução do coeficiente de Gini, deixando claro que o mercado de trabalho foi o fator de maior peso na desconcentração da renda observada, principalmente, entre 2001 e 2004. Também foi expressiva a contribuição da renda oriunda dos juros, dividendos e bolsa família, que se expandiu em termos de participação na renda total e em termos de progressividade. Outro destaque é a contribuição das aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo, nesse

caso, a contribuição para a redução do Gini deu-se exclusivamente via aumento na participação na renda total.

3.2 OS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA CONCENTRAÇÃO PESSOAL DA RENDA

Segundo Barros *et al* (2010), há dois instrumentos capazes de reduzir a pobreza: um deles é o crescimento econômico balanceado, que incrementa a renda de todos os estratos da população; e o outro, é a redução da desigualdade de renda – que consiste na transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, mesmo quando não há crescimento econômico. Os autores afirmam que o ideal é contar com os dois instrumentos: o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto a redução no grau de desigualdade garante que a renda dos pobres cresça mais que a dos ricos. No período entre os anos de 2001 e 2007 houve dois períodos distintos. Entre 2001 e 2003, conforme mostra o gráfico 14, a renda *per capita* decresceu a uma taxa de 3% ao ano, com exceção do primeiro e segundo décimos da distribuição, houve redução da renda *per capita* para todos os décimos da população, sendo a queda mais acentuada para os 10% mais ricos. Apesar do crescimento da renda *per capita* nacional ter sido praticamente nulo, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa média de cerca de 3% a.a., enquanto a dos 10% mais ricos decresceu a uma taxa média de 4% a.a.

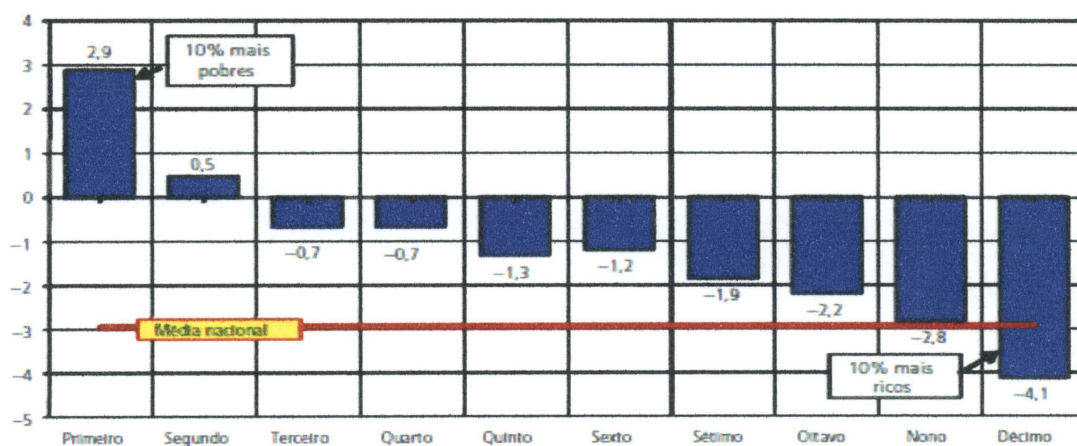


GRÁFICO 14 – Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* no Brasil por décimos da distribuição – 2001- 2003
 FONTE: Barros *et al* (2010).

No período de 2003 a 2007 a renda familiar *per capita* cresceu a uma taxa de 5,4% a.a., houve incremento da renda de todos os décimos da distribuição. Contudo, o crescimento foi maior para os pobres do que para os ricos. A taxa de crescimento da renda familiar *per capita* dos 10% mais ricos foi 4%, enquanto para os 10% mais pobres chegou a 9%.

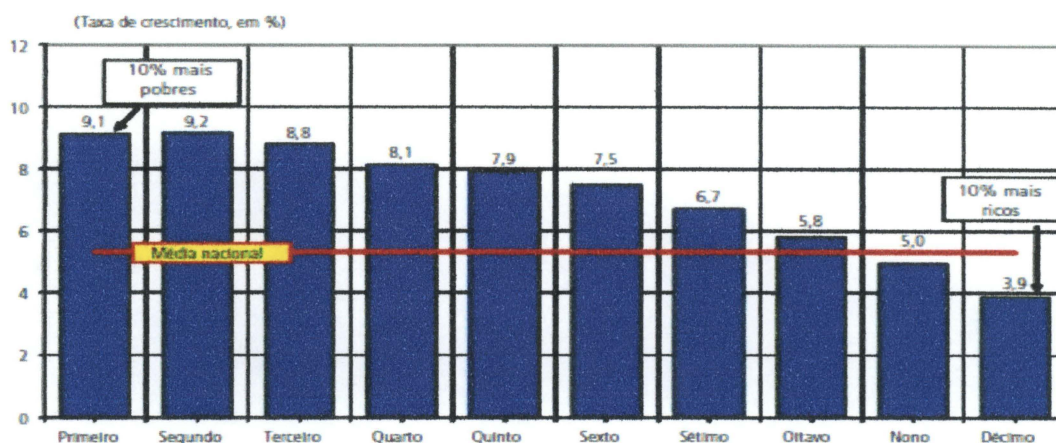


GRÁFICO 15 – Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* no Brasil por décimos da distribuição – 2003-2007.

FONTE: Barros *et al* (2010).

Os autores estimaram a importância do efeito da redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda para a queda da pobreza. Para isso calcularam qual seria a taxa de crescimento necessário para produzir a mesma redução da pobreza ocorrida em decorrência da queda na desigualdade. Sem a queda na desigualdade, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 20% para produzir o mesmo efeito na redução da pobreza. Esse valor é ainda maior quando analisado com base em medidas mais sensíveis à renda dos mais pobres, sem a ajuda de reduções na desigualdade, para que fosse gerada a mesma queda na severidade da extrema pobreza, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 38%. Assim, uma redução de 1% no coeficiente de Gini seria igual a 5,5% de crescimento balanceado. (Barros *et al*, 2010, p.23).

Esse fenômeno motivou a investigação das causas por trás da queda na desigualdade. Com o objetivo de identificar e quantificar a contribuição dos seus determinantes mais próximos, os autores, com base em simulações contrafactuais, qualificaram e quantificaram a contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade.

O gráfico 16 mostra o crescimento da renda familiar *per capita* e da renda do trabalho por adulto entre 2001 e 2007. Os centésimos da população estão ordenados pelo crescimento da renda domiciliar *per capita*, para ambas as distribuições. A população mais pobre, indicada no primeiro decil, foi a que apresentou o maior crescimento da renda familiar *per capita*, contudo não está no grupo que apresenta o maior crescimento da renda do trabalho. Isso indica que há outros determinantes, além da renda do trabalho, que podem explicar a queda na desigualdade da renda pessoal.

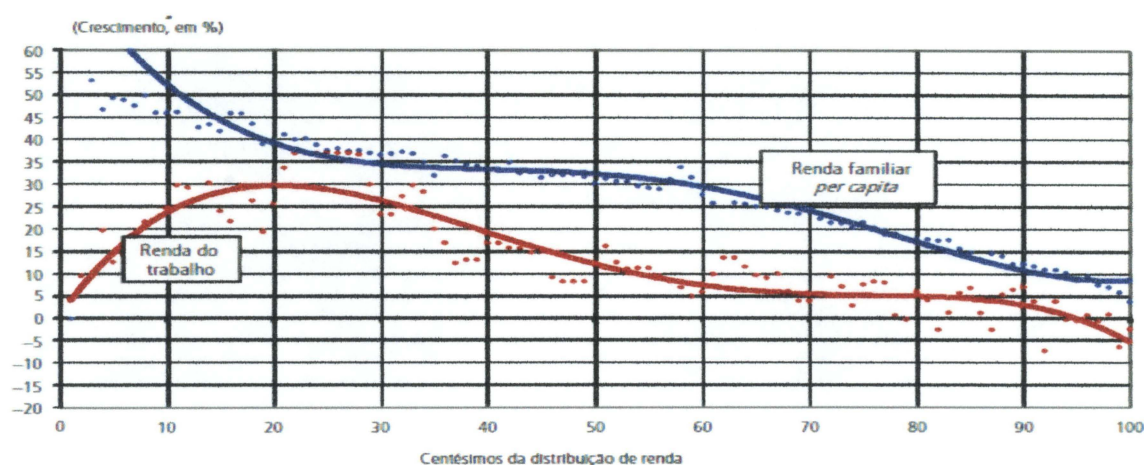


GRÁFICO 16 – Crescimento na renda média dos centésimos: distribuição da renda familiar *per capita* X distribuição da renda do trabalho no Brasil – 2001 e 2007.
 FONTE: BARROS *et al.*, (2010).

De forma a identificar as possíveis causas que podem ser associadas a redução da desigualdade de renda, o autor apresenta os determinantes mais próximos da renda domiciliar *per capita*, os quais serão alvos das investigações que se seguem, bem como suas associações, como sendo:

- a) As transformações demográficas (proporções de adulto na família);
- b) As mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho (incluídas as transferências governamentais);
- c) As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, sejam aquelas decorrentes da expansão da proporção de adultos ocupados, ou as decorrentes de uma melhor distribuição da remuneração do trabalho entre os ocupados.

A análise dos determinantes baseia-se nas seguintes identidades:

$$y = a.r$$

$$r = o + t$$

$$e$$

$$t = u.w$$

Assim:

$$y = a.(o + u.w)$$

onde:

y = renda familiar *per capita*
 a = proporção de adultos
 r = renda familiar por adulto
 o = renda familiar não derivada do trabalho por adulto
 t = renda familiar do trabalho por adulto
 u = proporção de adultos trabalhando
 w = renda do trabalho por trabalhador

Partindo-se dos fatores demográficos, pode-se considerar que uma família é pobre porque o número de elementos na família é muito elevado ou porque os recursos são limitados. Assumindo que somente os adultos tem renda positiva, a renda passa a ser função da proporção de adultos, a , e da renda familiar por adulto, r , ou seja, $y = a.r$. Por sua vez, a origem da renda familiar por adulto pode ser atribuída à renda derivado do trabalho, t , e a renda oriunda das transferências governamentais, o . A renda do trabalho depende da medida em que cada adulto encontra-se ocupado, u . Se o adulto estiver desocupado, então não há renda do trabalho e, para os ocupados, a renda do trabalho também depende da sua produtividade, w .

A identidade final relaciona a renda familiar *per capita*, y , a seus quatro determinantes próximos:

- a) A proporção de adultos na família, a ;
- b) A renda não derivado do trabalho por adulto, o ;
- c) A proporção de adultos ocupados, u ; e
- d) A renda do trabalho por trabalhador, w .

Como a expressão $y = a.(o + u.w)$ é uma identidade, qualquer mudança na distribuição de renda deve estar associada a alguma mudança dos seus determinantes próximos (a , o , u , w). A análise isolada de cada determinante é feita através da comparação da evolução de cada um deles com o crescimento da renda familiar *per capita*.

O gráfico 17 representa o crescimento da proporção de adultos na família e da renda familiar *per capita*, por décimo da distribuição de renda, para os anos de 2001 a 2007. A linha que representa a proporção de adultos é quase horizontal, o que significa que praticamente não houve alteração neste fator. Além disso, esta linha está muito abaixo da linha de crescimento da renda, indicando que o fator demográfico não apresenta influência significativa sobre o crescimento da renda, principalmente nos décimos mais pobres da população.

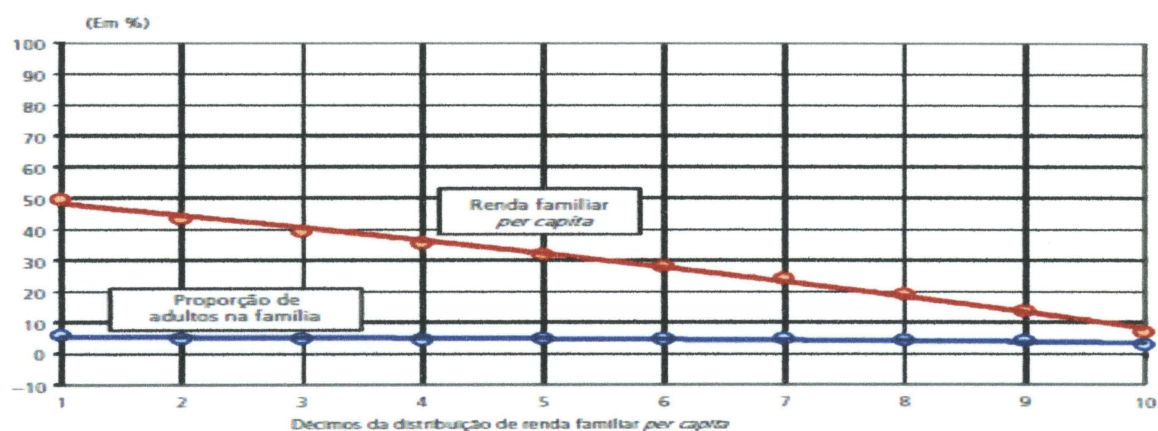


GRÁFICO 17 – Crescimento da proporção de adultos na família e da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição de renda no Brasil – 2001 e 2007.

FONTE: BARROS *et al.*, (2010).

O crescimento da renda não derivada do trabalho foi superior ao crescimento da renda domiciliar *per capita*. Isso revela que alguns fatores atuaram com efeito contrário, impedindo que o crescimento da renda dos mais pobres e da classe intermediária fosse maior do que o apresentado no período.

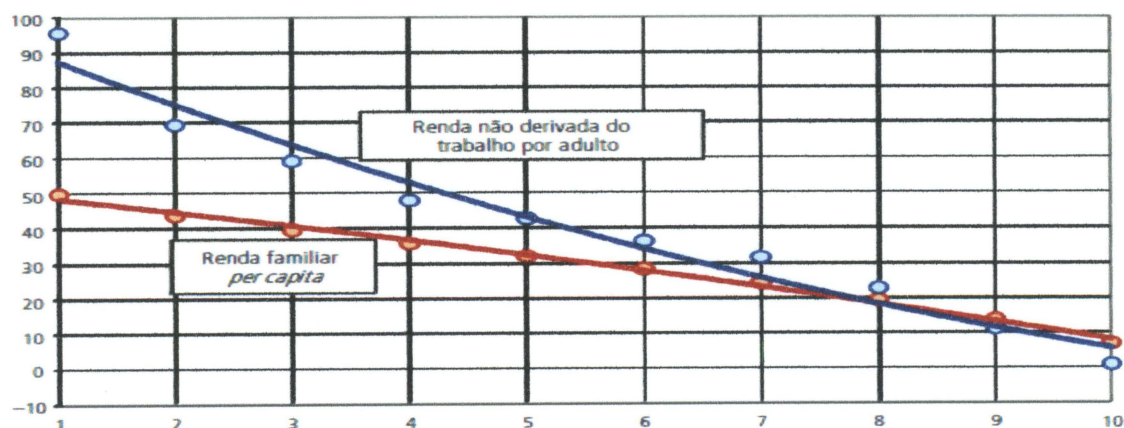


GRÁFICO 18 - Crescimento da renda não derivada do trabalho por adulto e da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição de renda no Brasil – 2001 e 2007.

FONTE: BARROS *et al.*, (2010).

O crescimento da proporção de adultos ocupados também não pode ser a explicação para a redução da desigualdade, o crescimento deste fator foi muito aquém ao crescimento da renda domiciliar per capita, como mostra o gráfico 19.

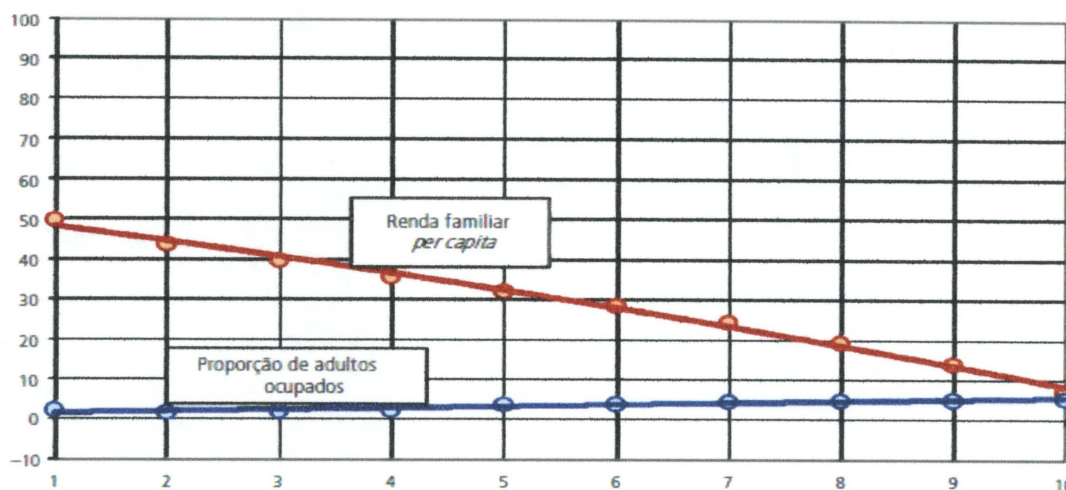


GRÁFICO 19- Crescimento proporção de adultos ocupados e da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição de renda no Brasil – 2001 e 2007. (Em %).
FONTE: BARROS *et al.*, (2010).

O crescimento da renda do trabalho por trabalhador também está aquém do crescimento da renda domiciliar *per capita*. O maior crescimento da renda do trabalho não ocorreu no decimo mais pobre da população, isso ocorreu entre o segundo e o terceiro décimo, desta forma não foi a parcela mais pobre da população a maior beneficiária desta renda.

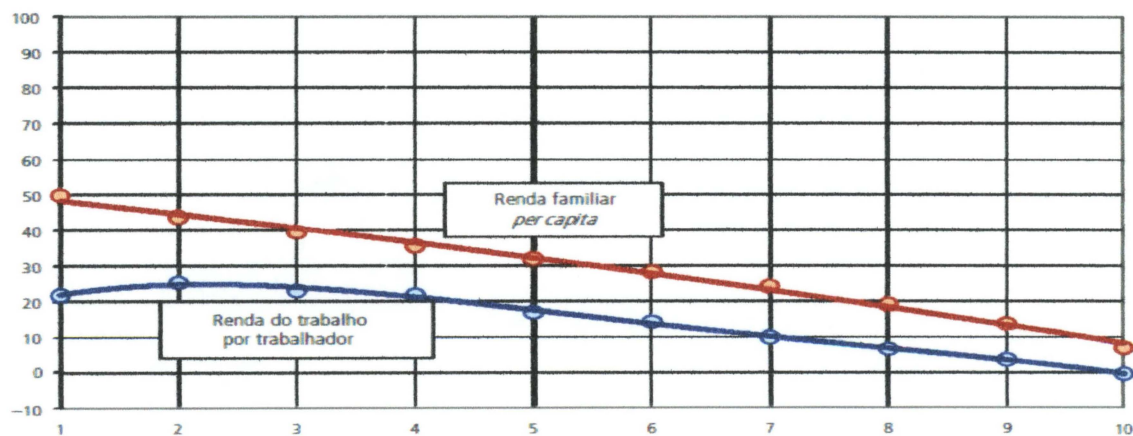


GRÁFICO 20- Crescimento da renda derivada do trabalho por trabalhador e da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição de renda no Brasil – 2001 e 2007. (Em %).
FONTE: BARROS *et al.*, (2010).

Os dados indicam que o fator isolado mais relevante para explicar o crescimento da renda domiciliar *per capita* no período é o crescimento da renda não derivada do trabalho por adulto, mas para estimar a real contribuição dos fatores, os autores passam a fazer simulações contrafactuais. Essas simulações consistem em estimar qual seria o coeficiente de Gini, em 2007, caso se mantivesse constante o grau de desigualdade, encontrado em 2001, de cada um dos fatores identificados como determinantes da desigualdade de renda, bem como de suas associações. De posse do índice de Gini real de 2007 e o do índice de Gini estimado, simulando que se mantiveram constantes determinadas fontes de rendas e suas associações, é possível calcular sua respectiva contribuição real para o Gini do ano de 2007. As simulações são feitas para dois indicadores de desigualdade: o coeficiente de Gini; e a diferença entre a renda dos 20% mais e mais pobres, mais sensível à renda dos mais pobres. Os autores analisam inicialmente o período entre os anos de 2001 a 2007 como um todo. Em seguida para os dois subperíodos mencionados anteriormente: 2001 a 2003, quando não houve crescimento econômico; e 2003 a 2007 quando houve crescimento econômico. Como os subperíodos apresentam a mesma tendência observada entre 2001 e 2007, a análise será apresentada se concentrará apenas no período como um todo.

Entre 2001 e 2007 o índice de Gini da RDPC passou de 0,593 para 0,552, a desigualdade de renda pessoal no Brasil reduziu 7% (Barros *et al.*, 2010, p.29). A tabela 3 mostra que 52% dessa redução são atribuídos às transformações da renda do trabalho por trabalhador, e 40% a renda não derivada do trabalho. Cabe destacar que quando a mesma análise é feita a partir da relação entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, a desigualdade de renda no período cai de 26% para 20,2%. Além disso, a partir deste indicador, a importância dos fatores determinantes se inverte, as transformações da renda não derivada do trabalho passam a contribuir com 51%, enquanto as transformações da renda do trabalho contribuem com 41%.

TABELA 3 – Contribuição dos fatores determinantes da queda da desigualdade da renda pessoal no Brasil de 2001- 2007.

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Grau de desigualdade (Razão 20+/20-)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	0,593		26,9		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2001	0,595	-4	27,0	-1	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,592	7	26,4	8	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2001	0,588	10	25,7	11	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,571	40	22,3	51	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2001	0,574	-7	23,2	-13	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2001	0,573	2	23,0	3	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	0,552	52	20,2	41	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

FONTE: Barros *et al* (2010).

3.3 DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA RENDA PESSOAL PARA O BRASIL E PARA AS MACRORREGIÕES

Cacciamali e Camilo (2007) decompõem a variação de Gini da RDPC para o Brasil e para as cinco macro regiões brasileiras – Norte (exclusive a região rural), Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste – no período de 2001 a 2004, para cinco tipos de renda, conforme discriminado na PNAD:

- a) trabalho, que inclui as rendas de todos os trabalhos;
- b) aluguéis;
- c) doações;
- d) aposentadorias e pensões; e
- e) transferências públicas de renda, que inclui juros e dividendos.

A decomposição do GINI é feita de forma a caracterizar a participação relativa de cada fonte de renda na renda domiciliar *per capita* total e o coeficiente de concentração de cada uma das fontes de renda. Os resultados da decomposição mostram que três tipos de renda se mostraram significativas: a renda do trabalho, a renda das aposentadorias e pensões e a renda das transferências públicas.

A análise da participação da renda do trabalho mostra que o Brasil tem a maior parte de sua renda composta pela renda do trabalho. Conforme mostra a tabela 4, em 2001 a renda do trabalho compunha 75% da renda total e, em 2004, 74%. Cabe destaque às regiões Norte (urbana) e Centro-oeste, que têm renda do trabalho superior à média nacional, 83% e 81% respectivamente, e a região Nordeste, que apresenta a menor participação desta renda, 70%, no ano de 2004. A análise da desigualdade para o período considerado mostra que, em nível nacional, a renda do trabalho se tornou mais igualitária, o Gini da renda do trabalho passou de 0,56 para 0,54. A tendência de redução foi seguida por todas as regiões, contudo cabe frisar que no Nordeste e Centro-oeste a desigualdade desta renda é maior que a média nacional. Por outro lado, no Norte, Sul e Sudeste a renda do trabalho é mais igualitária, indicando um conjunto de características positivas no mercado de trabalho destas regiões. (Cacciamali e Camilo, p.11, 2007).

Entre os efeitos renda e concentração, o segundo efeito é mais significativo. Para o Brasil e para todas as regiões, o efeito concentração é preponderante no efeito total sob a variação da desigualdade de renda. Isso significa que a participação por tipo de renda em relação à renda total varia pouco e que o grau de desigualdade da distribuição da renda domiciliar é pouco sensível às mudanças relativas de renda (Cacciamali e Camilo, p.12, 2007).

TABELA 4 – RENDA DO TRABALHO - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, GRAU DE DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO NA VARIAÇÃO DO GINI NO BRASIL E REGIÕES 2001 – 2004.

Renda do trabalho	% Renda Domiciliar		Gini		Ef. Renda	Ef. Concen.	Ef. Total
	2001	2004	2001	2004	2001-2004	2001-2004	2001-2004
Brasil	75,0%	74,0%	0,56	0,54	-0,20	-63,84	-64,04
Norte	83,0%	82,0%	0,56	0,53	-0,27	-72,37	-72,64
Nordeste	73,0%	70,0%	0,62	0,59	-1,20	-67,68	-68,88
Centro-oeste	81,0%	81,0%	0,59	0,58	0,00	-54,10	-54,10
Sudeste	74,0%	72,0%	0,53	0,51	0,20	-70,58	-70,38
Sul	74,0%	73,0%	0,55	0,52	0,03	-64,35	-64,32

FONTE: Cacciamali e Camilo (2007). Elaboração própria.

A renda derivada dos programas de transferência de renda, acrescida da parcela juros, constitui uma parcela relativamente pequena da renda domiciliar *per capita*, embora tenha aumentado de 1% para 2% no período analisado, conforme mostra a tabela 5. A parcela juros é muito pequena quando comparada às transferências de renda, em virtude de sub-registros da PNAD. Assim, os efeitos oriundos de variações desse agregado serão atribuídos às transferências públicas (Cacciamali; Camilo, 2007, p.12).

No Brasil com o um todo a renda das transferências públicas se expandiu, em média, de 1% para 2%, entre 2001 e 2004. A região Nordeste apresentou um crescimento das transferências públicas acima da média nacional, passou de 1% em 2001, para 3% em 2004. Os menores crescimentos foram observados nas regiões Norte (urbana), Centro-oeste e Sudeste, onde a parcela da renda das transferências públicas não ultrapassou a participação de 1% na renda nacional.

Em relação à razão de desigualdade desta fonte de renda, em 2001 o grau de concentração nacional foi de 0,56 e foi reduzido significativamente para 0,18 em 2004. Em relação às macrorregiões, o Norte (urbana) e Nordeste apresentam os menores coeficientes, sugerindo transferências de renda de valores menos desiguais nos programas assistenciais, para ambos os anos. Com base na decomposição de Gini, conclui-se que as transferências de renda contribuem com 25,71% para a queda da desigualdade na distribuição da renda pessoal no Brasil. Dentre as macrorregiões, no Nordeste as transferências de renda contribuíram com 41,46% da queda, que se deu principalmente via efeito-composição da renda, o que indica uma ampliação das transferências nessa região. Ademais, as menores contribuições das transferências públicas são identificadas nas regiões Sudeste e

Sul, o que pode estar associado à maior alocação desses recursos nas regiões com menores rendas *per capita* (Cacciamali; Camilo, 2007).

TABELA 5 – TRANSFERÊNCIAS DE RENDA - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, GRAU DE DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO NA VARIÇÃO DO GINI NO BRASIL E REGIÕES 2001 – 2004.

Tranf. Públicas	% Renda Domiciliar		Gini		Ef. Renda	Ef. Concen.	Ef. Total
	2001	2004	2001	2004	2001-2004	2001-2004	2001-2004
Brasil	1,0%	2,0%	0,56	0,18	-4,30	-21,41	-25,71
Norte	1,0%	1,0%	0,43	0,02	-8,51	-13,20	-21,71
Nordeste	1,0%	3,0%	0,28	0,09	-27,30	-14,16	-41,46
Centro-oeste	1,0%	1,0%	0,61	0,10	-3,25	-22,58	-25,83
Sudeste	1,0%	1,0%	0,67	0,36	-0,05	-16,09	-16,14
Sul	2,0%	2,0%	0,67	0,47	0,17	-10,12	-9,95

FONTE: Cacciamali e Camilo (2007). Elaboração própria.

A tabela 6 mostra que a renda das aposentadorias e pensões tem uma participação expressiva na renda total, por isso é relevante para a análise do processo redistributivo. A nível nacional esta fonte de renda representa 21% da renda agregada. Participações menores, em torno de 14%, são observadas nas regiões Norte e Centro-oeste. O grau de desigualdade desta renda foi reduzido no período analisado, contudo ainda permanece alto. Uma explicação para esta situação é que esse tipo de transferência de renda é vinculado à remuneração acumulada do trabalho pregresso, um tipo de renda de elevada desigualdade, e não tem finalidade específica de combate à pobreza. A contribuição desta fonte de renda na redução da desigualdade foi de apenas 8,64%. A maior contribuição desta renda é observada na região Sul, na qual o efeito total chega a 25,35% do total da redução da desigualdade da distribuição de renda.

TABELA 6 – RENDA DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, GRAU DE DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO NA VARIÇÃO DO GINI NO BRASIL E REGIÕES 2001 – 2004.

Apos.e Pensões	% Renda Domiciliar		Gini		Ef. Renda	Ef. Concen.	Ef. Total
	2001	2004	2001	2004	2001-2004	2001-2004	2001-2004
Brasil	20,0%	21,0%	0,54	0,53	-0,34	-8,30	-8,64
Norte	14,0%	14,0%	0,51	0,50	-0,12	-4,96	-5,08
Nordeste	23,0%	24,0%	0,59	0,61	0,24	11,45	11,69
Centro-oeste	14,0%	14,0%	0,59	0,56	0,04	-19,46	-19,42
Sudeste	22,0%	24,0%	0,53	0,51	-0,65	-10,68	-11,33
Sul	22,0%	22,0%	0,55	0,51	-0,08	-25,27	-25,35

FONTE: Cacciamali e Camilo (2007). Elaboração própria.

Os resultados obtidos indicam que a renda do trabalho é o principal constituinte da renda total. Analisando-se o país como um todo, a renda do trabalho representa 74% da renda total, chegando a valores superiores a 80 % no Norte e Centro-oeste. A decomposição desta renda indica um padrão para o Brasil e para as cinco regiões isoladas: a renda do trabalho é o principal determinante da queda na desigualdade. No agregado nacional a queda foi de 64,04%. Para as macrorregiões as maiores contribuições foram mais significativas no Norte e Sudeste, 72,64% e 70,38%, respectivamente.

As transferências públicas, apesar da baixa participação na renda total, contribuíram de forma significativa na queda da desigualdade, 25,71%. A maior contribuição verifica-se na região Nordeste, na qual o efeito total chegou a 41,46%.

As aposentadorias e pensões, apesar de ocuparem a expressiva parcela de 21% na renda domiciliar, contribuiu apenas com 8,64% na queda da desigualdade. O grau de desigualdade desta renda mantém-se elevado, inclusive, aumentou no Nordeste no período analisado. Dentre as macrorregiões a principal contribuição foi observada na região sul, onde a queda na desigualdade pode ser atribuída em 25,35% à renda das aposentadorias e pensões.

4. A NOVA CONTROVÉRSIA: A MELHORA DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DE RENDA VERSUS A ESTABILIDADE DA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA

Neste capítulo são apresentados os principais dados que são apontados como limitantes as conclusões sobre a distribuição pessoal da renda. Também é exposta a evolução da distribuição funcional em comparação com a distribuição pessoal. A comparação baseia-se na avaliação do comportamento dos dados apontados pelo SCN e dos dados da PNAD. Com base nestas informações é feita a avaliação sobre a relevância na melhora da desigualdade pessoal da renda entre 1995 e 2007.

4.1 SÍNTESE DO DEBATE DA DÉCADA DE 1970

A experiência brasileira tem demonstrado que, ao longo da história, o crescimento econômico não se traduziu em uma distribuição equitativa da renda. Contudo, na última década as pesquisas domiciliares tem demonstrado uma tendência de queda significativa nos graus de desigualdade de renda no Brasil. O recente fenômeno, observado na distribuição da renda pessoal, remete-nos a uma releitura das discussões sobre o tema ao longo da história. Na década de 1970, a constatação de que o crescimento econômico acelerado, da década anterior, veio acompanhado de expressivos aumentos na desigualdade da distribuição de renda, gerou um grande debate acerca das causas e tendência desse fenômeno. Langoni (1973) amparado nos argumentos de Kuznets (1955) considerava que a concentração da renda decorria de um processo natural do desenvolvimento e que só poderia ser revertido a partir de investimentos na educação. Para Langoni, o desenvolvimento gerava uma demanda por mão-de-obra qualificada, cuja oferta não estava disponível no mercado, e uma demanda por mão-de-obra não qualificada, menor que a oferta disponível. Desta forma, via efeito preço, era inevitável que os segmentos de maior qualificação atuariam negativamente na distribuição pessoal da renda. Esse processo se traduzia em um maior prêmio em termos de qualificação. O

ajuste desse processo se daria à medida que investimentos em educação fossem melhorando a produtividade da mão-de-obra e aumentassem a oferta capital humano qualificado no mercado de trabalho. A relação natural entre o processo de crescimento econômico e o aumento da concentração de renda era defendida por Langoni e pelos gestores de política da época. Os críticos defendiam que essa teoria servia para justificar a exclusão de parte majoritária dos trabalhadores na distribuição dos rendimentos oriundos do processo acelerado de crescimento econômico da época. Com isso, instalou-se uma grande controvérsia a cerca da tese de Langoni, que procurava demonstrar que o país poderia ter se apropriado de forma diferente dos frutos de crescimento.

Fishlow (1978), apesar de reconhecer que a transformação da sociedade agrícola para urbano-industrial tenderia a produzir o efeito Kuznets, argumentava que o efeito concentrador não poderia ser dissociado das políticas de estabilização adotadas entre 1964-1967, a qual teve como principal alicerce a contenção dos salários nominais, que corroeram principalmente os salários reais dos trabalhadores de menor qualificação, intensificando a concentração da renda na década de 1960.

“... a política econômica, entre 1964 e 1967, impede o crescimento do salário mínimo e do salário médio, em virtude dos reajustes, abaixo da inflação, do salário mínimo e do salário base das diferentes categorias profissionais, e/ou devido à ausência de barganha salarial, sustentada pelo regime militar. Assim, o aumento do grau da desigualdade da distribuição pessoal da renda, nos anos de 1960, é aderente à diminuição da participação relativa dos salários e aumento da massa de lucro no período, ou seja, é consistente com o aumento da desigualdade funcional da renda.” (Cacciamali e Camilo, 2007, p.3).

Bacha (1978) ratificou a influência dos salários na base da mudança na concentração de renda. O autor focou o comportamento da estrutura ocupacional e salarial das grandes empresas no período. A política salarial implantada pelas grandes empresas, na presença de elevadas taxas de crescimento econômico e ausência de regulação distributiva no mercado de trabalho, origina a desigualdade salarial entre as ocupações gerenciais e aquelas de baixa qualificação. Em um ambiente de alta competição há maior demanda por sistemas gerenciais mais amplos e complexos, grandes empresas têm condições de arcar com maiores remunerações, principalmente para seus gerentes, teoricamente, a remuneração deste tipo de trabalhador depende dos lucros e, como os capitalistas tinham maior

poder de barganha frente aos trabalhadores, os capitalistas e os funcionários qualificados foram os que mais ganharam relativamente na década de 1960.

Em suma, a maior parte dos autores que debateram a distribuição de renda na década de 1970 não aceitava a concentração de renda como um processo natural associado ao desenvolvimento econômico. A crítica à tese de Langoni acreditava que o processo de crescimento econômico sustentado era essencial para elevar os níveis e bem-estar da população. Desta forma, o problema não era o crescimento, mas a distribuição dos seus frutos. Dedecca (2006, p. 303) afirma que a visão crítica da época acreditava que a distribuição da renda e elevação do bem-estar estavam associados ao aumento do produto a ser repartido, bem como de elevações sistemáticas da produtividade média da economia, por entender que somente neste contexto alcançar-se-ia o aumento da renda média, redução da desigualdade e elevação do padrão médio de bem-estar.

Ao contrário do que ocorreu na década de 1970, a atual trajetória da economia brasileira não tem criado condições sustentáveis de elevação do produto e da produtividade. A atual tendência de queda, intensificada a partir 2001, inicia-se em um período de instabilidade econômica, que persiste até 2003. Somente em 2004 a economia começa a dar sinais de recuperação com recomposição do nível de emprego, queda do desemprego e baixa inflação. Ademias, a atual trajetória da desigualdade pessoal de renda também se caracteriza por estar perdurando, de forma significativa por todos os anos da década. (Dedecca, Jungbluth e Trovão, 2008, p.2).

Os estudos sobre a evolução da desigualdade da distribuição pessoal de renda, nos últimos anos, com base nos dados da PNAD, apontam para uma tendência de queda em seus indicadores. Contudo não há consenso de que esta trajetória seja sustentável a longo prazo e de que esteja articulada à evolução funcional da renda.

4.2 A RECENTE QUEDA NA DESIGUALDADE E SEUS LIMITES

Os principais dados que colocam em dúvida a recente queda na desigualdade é a contradição entre a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho e a

queda da parcela da renda dos salários na renda nacional, bem como a limitação e relevância dos dados apresentados pela PNAD.

No artigo intitulado “A queda recente da desigualdade: relevância e limites”, Dedecca, Jungbluth e Trovão (2008), apontam algumas das dimensões relevantes da atual queda, bem como dos limites que caracterizam o fenômeno.

Segundo os autores, a distribuição da renda pode ser analisada segundo duas perspectivas: a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. A distribuição funcional compreende as três principais formas de apropriação da renda disponível em um determinado país: i) excedente bruto das empresas; ii) remuneração do trabalho; e iii) impostos e contribuições sociais. A renda disponível considera a dedução de rendas enviadas ao exterior e a adição das rendas vindas do exterior, inclusive àquelas realizadas via importação e exportação. Desta forma a distribuição funcional é construída sob a ótica do produto interno bruto e deve capturar todas as formas de apropriação da renda pelas pessoas, empresas, famílias e governo.

Quanto à distribuição pessoal da renda, o foco é a forma como as pessoas se apropriam da renda disponível. Sob este conceito a mensuração da renda é mais limitada em razão de que a renda captada é a renda corrente das pessoas. A disponibilidade das informações permite captar as rendas auferidas através do trabalho (salários, ordenados, remuneração do trabalho autônomo e pró-labore), do sistema de proteção social (aposentadoria, pensão, auxílios e transferências sociais de renda) e da propriedade de ativos (juros e aluguéis) (Dedecca, Jungbluth e Trovão, 2008, p. 3).

A captação das informações sobre a renda pessoal incorre em algumas restrições. Quando na declaração dos rendimentos pessoais geralmente não são informados os rendimentos obtidos na forma de valorização de ações e títulos, rendimentos de aplicações financeiras, lucros retidos derivados de participação societária e rendimentos não monetários (subsídio alimentação, planos de saúde e previdência pagos pelas empresas, utilização de automóveis cedidos pelas empresas, bem como manutenção e gastos com gasolina que os mesmos incorrem). Outro tipo de limitação dos dados captados ocorre nos estratos mais elevados da distribuição e consiste no problema da subdeclaração de renda nos intervalos decílicos superiores.

Estas restrições estão presentes nas PNAD's, que são a principal fonte de informação sobre renda no Brasil. Segundo Dedecca (2006):

“A PNAD tem mostrado elevada qualidade metodológica, que lhe tem conferido crescente respeito nacional e internacional entre os usuários de suas informações. Desde 1992, um novo desenho metodológico vem sendo mantido na PNAD, o qual permitiu uma ampliação importante do potencial de análise sobre a configuração socioeconômica da população brasileira. Como todo e qualquer levantamento socioeconômico, a PNAD possui potenciais a serem explorados pelos usuários, mas também limites quanto ao uso e à análise de suas informações. No que se refere ao quesito renda, a pesquisa capta, em grande medida, as rendas do trabalho e dos benefícios da política social, mas possui baixa capacidade de levantamento de informações relativas às rendas provenientes da propriedade de ativos de capital” (Dedecca, 2006, p. 308).

Algumas das restrições se evidenciam quando comparados os dados da PNAD à outras fontes de dados, como por exemplo , o Sistema de Contas Nacionais. A massa de rendimentos informada pela PNAD corresponde a 45% do PIB. Somadas apenas as rendas oriundas do trabalho e das aposentadorias e pensões da PNAD chega-se a 43% do PIB e a 96% da renda declarada na pesquisa domiciliar. O produto interno bruto, sob a ótica da renda, indicava, em 2005, uma distribuição funcional da renda com a seguinte composição: trabalho 41,1%, capital 35,4%; e governo 23,5%. O resultado encontrado nas Contas Nacionais não confirma a predominância da renda do trabalho apontada na PNAD, somente quando somadas as rendas do trabalho e das aposentadorias e pensões chega-se a um valor próximo do observado no agregado nacional.

TABELA 7 – VALORES AGREGADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DA RENDA TOTAL BRASIL, 2005.

	Em 1.000.000,00	%
Total - Contas Nacionais	178.936,60	100,0
Total - PNAD	80.455,60	45,0
Trabalho	61.117,10	34,2
Aposentadorias e Pensões	15.877,10	8,9
Aluguéis	1.461,00	0,8
Doação	577,80	0,3
Juros	1.422,50	0,8

FONTE: Dedecca, Jungbluth e Trovão (2008).

De acordo com os dados apresentados é possível argumentar que a análise da distribuição de renda no Brasil se circunscreve à dimensão mais geral do mercado de trabalho brasileiro e da política da previdência social, isto evidencia os

limites da análise da distribuição de renda, bem como os limites encontrados para mensurar sua evolução (Dedecca, 2006, p. 310).

Em um estudo divulgado em 2008, o IPEA faz uma sistematização das informações mais recentes sobre a distribuição funcional da renda no Brasil. Com base neste estudo pode-se analisar o comportamento da distribuição pessoal da renda simultaneamente ao da distribuição funcional.

A partir de 1990 a análise da distribuição funcional da renda mostra que houve quatro fases distintas quanto à participação da renda do trabalho na renda nacional, entre 1990 e 1996 o rendimento do trabalho perdeu participação relativa no total da renda nacional, a queda observada foi de 15,2%. Na segunda fase, entre os anos de 1996 e 2001 ganhou participação, o aumento observado foi de 5,4%. Na terceira fase, 2001 e 2004, novamente constata-se redução do rendimento do trabalho em 3,1%. A partir de 2005, a quarta fase, há expansão da parcela do rendimento do trabalho, houve elevação de 4% entre 2005 e 2006.

Analisando a desigualdade na distribuição da renda pessoal, a qual se circunscreve à renda do trabalho, observa-se que desde 1990, com exceção de 1993, ocorre queda contínua deste indicador. O índice de Gini da renda do trabalho reduziu 10,1% no período entre 1990 e 2007 (IPEA 2008, p. 3). A redução do Gini da distribuição pessoal da renda esteve, neste período, condicionada à elevação dos rendimentos das parcelas mais pobres da população, bem como da diminuição real nas remunerações dos ocupados nos postos de trabalho mais bem remunerados do país. Conforme o gráfico 21, no período entre 1990 e 2007, o rendimento mensal médio real dos 10% mais pobres aumentou 44,4%, para o 20% mais pobres cresceu 16,5%, para os 10% mais bem remunerados registrou-se redução de 9,8% e, por fim, para o 1% com maior remuneração, a queda registrada foi 12,7%.

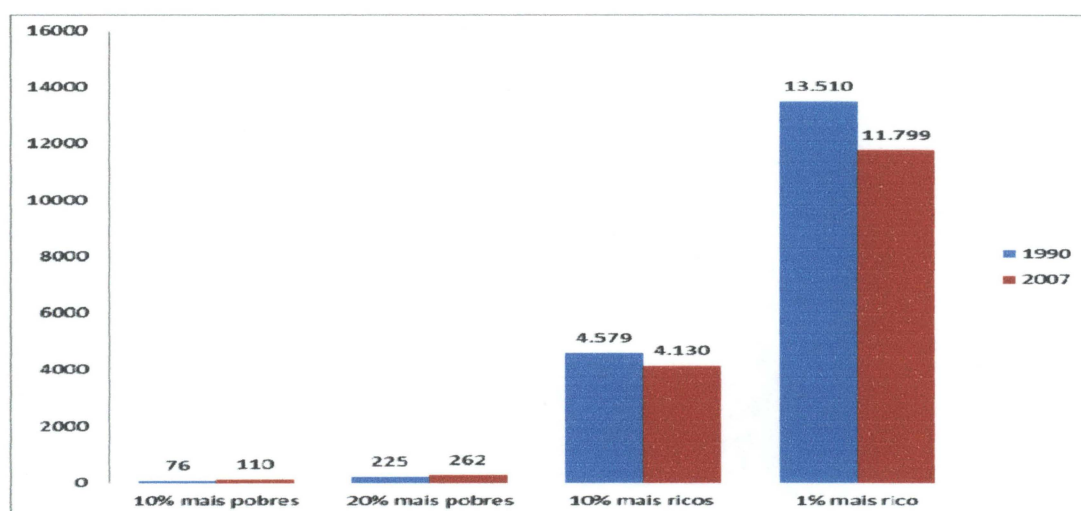


GRAFICO 21 – Evolução do rendimento médio mensal real dos ocupados com 10 anos e mais de idade por decil selecionado em 1990 e 2007 (em R\$ de 2007).
 FONTE: IPEA (2008).

Nos 17 anos analisados, de 1990 a 2007, a queda da desigualdade na renda pessoal não foi acompanhada, em todos os períodos, pela redução da desigualdade da distribuição funcional. Nos períodos de 1990 a 1996 e de 2001 a 2004 a queda do Gini da renda pessoal se deu simultaneamente à mudança regressiva na distribuição funcional, ou seja, a redução da desigualdade pessoal ocorreu em um período onde houve queda na participação da renda no trabalho na renda nacional.

Entre 1990 e 1996, a queda da distribuição pessoal caiu 3,7% e a participação da renda do trabalho na renda nacional diminuiu 15,2%. Entre 2001 e 2004 a desigualdade pessoal caiu 3,3% e a parcela da renda do trabalho na renda nacional reduziu mais 3,1%. Somente entre 1996 e 2001 e pós 2004 é simultâneo a queda na desigualdade da renda pessoal e aumento da participação da renda do trabalho na renda nacional. A parcela da renda do trabalho na renda nacional aumentou 5,4% entre 1996 e 2001 e 6% pós 2004, por sua vez, a desigualdade da renda pessoal, medida pelo índice de Gini, reduziu em 2,4% e 1,1% para o primeiro e segundo períodos respectivamente.

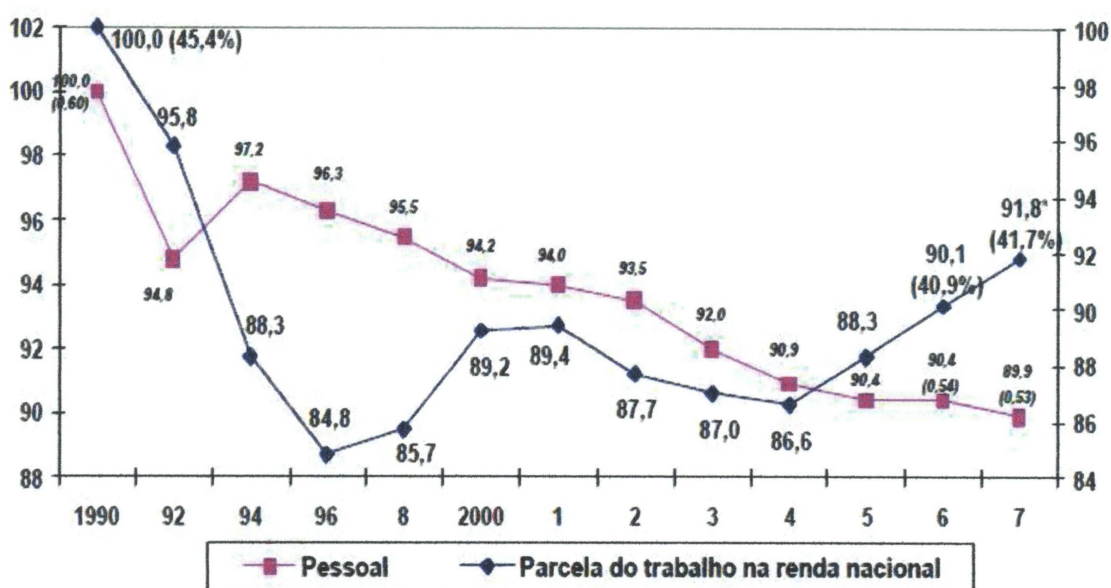


GRÁFICO 22 – Evolução do índice Gini de desigualdade da renda pessoal (Gini para rendimento aos ocupados de 10 anos e mais de idade) e do índice da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional entre 1990 e 2007 (1990=100)
 FONTE: IPEA (2008).

A distribuição da renda entre proprietários e trabalhadores é fortemente correlacionada com o comportamento da economia, principalmente com o ritmo de expansão da própria renda, o perfil da produção e as políticas públicas. Cabe destacar que entre 1990 e 2007 a expansão média da renda anual foi de apenas 2,99% (IPEA, 2008).

Entre 1990 e 1996, quando a economia esteve condicionada por políticas restritivas de combate à inflação, abertura comercial e redução da participação do Estado na Economia, o crescimento da renda foi em média 3,2% a.a. Neste período a participação da renda do trabalho na renda nacional reduziu 14,98%, enquanto a renda da propriedade mista cresceu 17,8%. Entre 1996 e 2001, as políticas econômicas voltaram-se principalmente, para contornar os efeitos da crise financeira, simultaneamente à desvalorização do real e à contenção das importações. O crescimento da renda, neste período foi de 1,9% a.a., a renda do trabalho se expandiu em 5,5% e a renda mista e da propriedade foi reduzida em 4,6% a.a. De 2001 a 2004, período da crise energética e com as políticas voltadas para o combate à inflação em 2003, levaram a uma expansão média da renda nacional de 3,2%. A renda do trabalho caiu 2,1% no período e a renda mista e da propriedade aumentou 2,48%. Por fim, de 2001 a 2005, a renda nacional aumentou 4,2% a.a., a participação da renda do trabalho aumentou 3,16% e a renda mista e da

propriedade reduziu 4,66%. Neste último período o crescimento da renda foi estimulado pelo aquecimento do mercado interno e aumento das exportações. (IPEA, p. 5,2008).

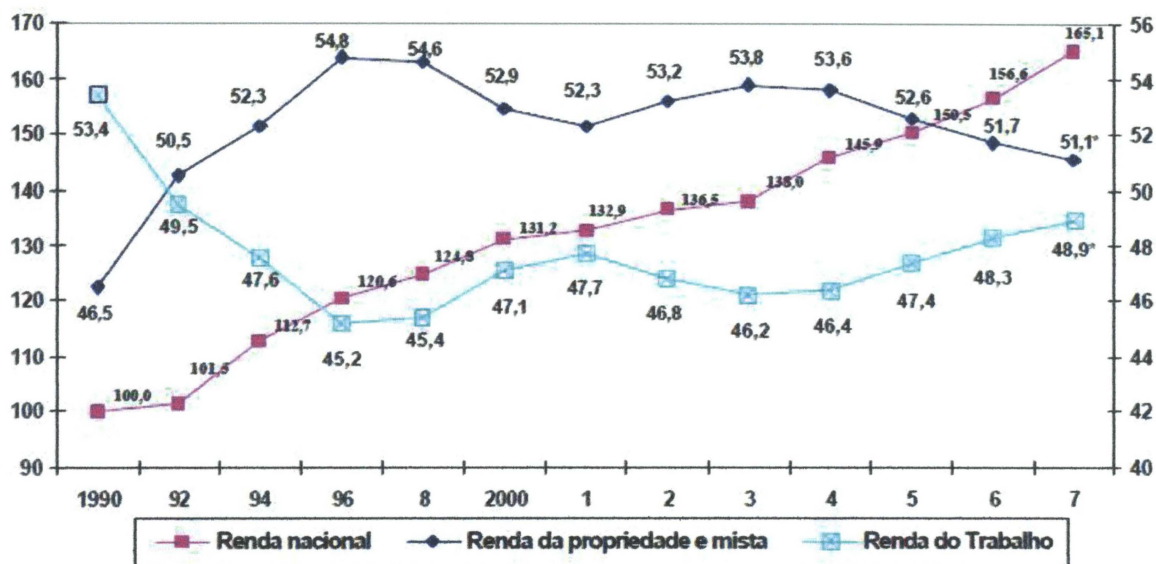


GRAFICO 23 – Brasil: evolução do índice de variação da renda nacional e a divisão entre a renda do trabalho e do conjunto da propriedade e mista entre 1990 e 2007 (1990 = 100 e total da renda de proprietário** =100).

*estimativa; ** não inclui imposto líquido sobre a produção que responde, em média, por 15% de toda renda nacional.

Uma melhora geral na distribuição de renda nacional requer que ocorra simultaneamente o aumento do peso relativo da renda do trabalho na renda nacional e a redução da desigualdade na repartição pessoal da renda do trabalho. Entre os 17 anos analisado somente em seis houve redução plena da desigualdade de renda no Brasil (pessoal e funcional) e, em praticamente 2/3 do tempo, ocorreu elevação parcial ou total no grau de desigualdade de renda pessoal e funcional (IPEA, 2008, p.6).

4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA PNAD E DO SCN

Os dados apontam que no período em que houve queda da desigualdade da distribuição pessoal da renda, tanto domiciliar quanto do trabalho, houve queda da participação da renda do trabalho na renda nacional. Se os dados traduzirem os

conceitos centrais sobre salário e excedente, é de se esperar que uma redução da parcela dos salários na renda nacional (com conseqüente elevação do excedente) aumente a desigualdade nos rendimentos do trabalho e na renda domiciliar. Se as informações apontam em direções contrárias, existe uma contradição, de forma que podem existir problemas de dados ou de conceitos.

Hoffmann e Ney (2008) apontam que, de acordo com a nova versão do Sistema de Contas Nacionais, as participações dos rendimentos de capital e do trabalho se mantiveram praticamente estáveis desde 2000, ao contrário do observado quando se utiliza a versão antiga.

Na versão antiga a remuneração dos empregados vinha caindo sistematicamente: 38,9% em 1998; 38,1% em 1999; 37,9% em 2000; 37,0% em 2001; 36,1% em 2002; e 35,5% em 2003. Na nova versão, a participação dos empregados no PIB é: 40,5% em 2000; 40,6% em 2001; 39,8% em 2002; 39,5% em 2003; 39,5% em 2004 e 40,1% em 2005.

TABELA 8: COMPOSIÇÃO DO PIB SOB A ÓTICA DA RENDA. BRASIL 2001 A 2009.

Estatística	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produto Interno Bruto	1.302.136	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.344	2.661.344	3.032.203	3.239.404
Remuneração dos Empregados	528.389	588.474	671.872	763.237	860.886	969.931	1.099.903	1.267.673	1.412.999
Ordenados e Salários	415.886	456.402	528.173	597.452	681.067	770.938	870.189	1.001.788	1.114.095
Cont. sociais dos empregados	86.761	95.925	111.961	133.012	141.130	163.467	192.130	224.516	252.007
Cont. sociais imputadas	25.742	36.147	31.738	32.773	38.689	34.986	37.584	41.369	46.897
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	194.735	219.996	247.440	298.317	330.412	212.919	240.717	265.305	260.424
Excedente operacional bruto	436.974	507.824	600.576	690.690	755.082	824.998	914.913	1.007.424	1.075.844
Rendimento misto bruto (renda de autônomos)	142.038	161.528	180.060	189.254	200.859	367.048	411.629	495.048	495.944

FONTE: SCN – IBGE (2011). Elaboração Própria

O gráfico 24 foi elaborado com base nos dados da Tabela 8 e mostra a evolução da participação da renda do trabalho e do excedente operacional bruto na renda nacional. Como apontado anteriormente, as duas parcelas mantiveram-se praticamente constantes durante o período de 2001 a 2005, no entanto, a partir de 2005, é observado que a renda do trabalho ganha participação na renda nacional, enquanto o excedente operacional bruto perde participação ao longo dos anos.

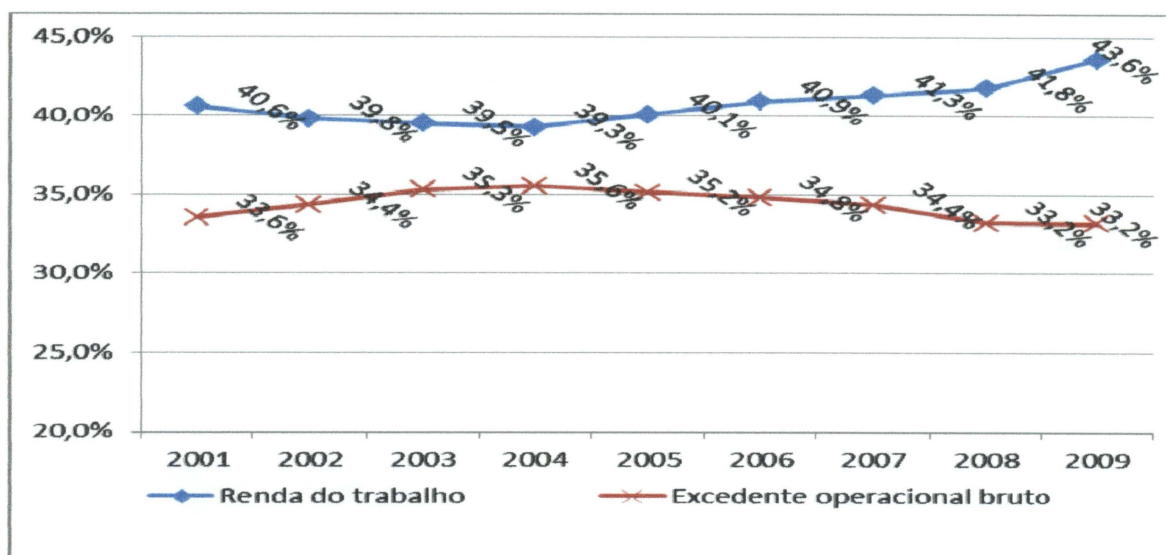


GRÁFICO 24 – Participação da renda do trabalho e excedente operacional bruto na renda nacional, para os anos assinalados.

FONTE: SCN – IBGE (2011). Elaboração Própria

Os dados utilizados para que sejam feitas inferências acerca da distribuição pessoal da renda apresentam dois problemas: o primeiro se refere aos altos índices de subdeclaração dos rendimentos, principalmente para as rendas mais altas e provenientes do capital; e, o segundo refere-se ao que se denomina rendimento do trabalho, que não se refere apenas aos rendimentos dos assalariados. Em 2006 os dados da PNAD apontam que a renda de todos os trabalhos constituem 76% da renda total declarada, contudo apenas 50% desta renda referem-se a parcela apropriada por assalariados, os outros 26% representam ganhos de trabalhadores por conta própria e dos empregadores (hoffmann e Ney, 2008). O que se denomina “rendimento do trabalho” inclui o rendimento obtido por meio de qualquer atividade exercida pela pessoa, incluindo não só o salário de empregados, como também “o ganho” (rendimento bruto menos despesas efetuadas com como empreendimento como pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.) da pessoa que explora um rendimento por conta própria ou empregadora (IBGE, 2007, p. 36). O rendimento do trabalho, na PNAD, inclui rendas que não decorrem do trabalho assalariado, como as rendas do trabalho autônomo e às que correspondem à remuneração dos empresários. No SCN, a remuneração dos empregados inclui os “ordenados e salários” e as “contribuições sociais dos empregados”, contudo os “salários e ordenados” incluem importâncias pagas a título de salários,

remunerações, férias, honorários, comissões sobre vendas, ajuda de custo, gratificações, participações nos lucros, retiradas de sócios e proprietários, dentro dos limites fixados pelas autoridades fiscais, e auxílio alimentação. Inclui, portanto, retiradas dos sócios e proprietários e é tão indefinida como os rendimentos do trabalho na PNAD. (Hoffmann e Ney, 2008, p. 26).

Quanto ao problema da subdeclaração dos rendimentos, os autores argumentam que se a “remuneração dos empregados” inclui rendimentos que seriam mais apropriadamente denominados “lucros” deveria esperar que o pagamento do trabalho representasse uma parcela ainda menor do PIB, contudo isso não ocorre devido à subdeclaração dos rendimentos. O PIB é calculado com base no valor da produção, com exceção das atividades clandestinas, acredita-se que não haja um elevado grau de subestimação, por outro lado os rendimentos, no SCN, são baseados em dados das pesquisas domiciliares, das quais se sabe que os dados sobre rendimentos são subdeclarados, apesar disso o IBGE não menciona o problema da subdeclaração dos rendimentos. De forma que cabe a hipótese de que o SCN tende a subestimar a participação da “remuneração dos empregados” no PIB e a superestimar o valor do excedente operacional bruto (Hoffmann e Ney, p.27, 2008).

Outro fator é que a subdeclaração dos rendimentos tende a ser maior quanto mais alto os rendimentos, tanto para renda de ativos quanto para rendimentos do trabalho, de forma a elevar a subestimação da desigualdade de renda do país. Por outro lado, há também omissões de renda que incidem sobre os rendimentos dos domicílios mais pobres, que se referem aos ganhos auferidos ganhos ocasionais como seguro desemprego e 13º salário, contudo os autores argumentam que:

“Mesmo que o problema da subdeclaração da renda leve à subestimação do nível de desigualdade de renda do país, ele não afeta necessariamente a variação da desigualdade ao longo do tempo, particularmente, a recente redução na queda da das disparidades de rendimentos. Para que a subdeclaração tenha alguma influência no nível de desigualdade é preciso que a proporção de renda não declarada dos mais ricos em relação à sua renda total cresça. Outra possibilidade seria uma redução da parcela da renda não declarada no ganho dos mais pobres. Não há, em princípio, motivo para que qualquer uma das situações tenha acontecido especificamente com os dados da PNAD no período de 2001 a 2006. Se grau de subestimação da renda entre os mais ricos e mais pobres permanece inalterado, não se deve esperar que o problema da subdeclaração dos rendimentos afete as estimativas da variação da desigualdade.” (Hoffmann e Ney, 2008, p. 27).

Um aumento na desigualdade de renda, sob a ótica da distribuição funcional, pode ocorrer com um aumento da participação da renda de ativos na renda nacional. Por outro lado, uma redução da desigualdade ocorreria pelo aumento da participação da remuneração dos empregados na renda nacional. Caso isso não ocorra, analisando-se exclusivamente sob a ótica da composição do PIB, nada se pode afirmar sobre o nível de desigualdade de renda no país. (Hoffmann e Ney, p. 28, 2008).

A análise dos dados da PNAD, entre 2001 e 2006, mostrada na tabela 9, revela uma redução na participação da renda do trabalho na renda total, passando de 77,9% para 75,9%, explicada pela diminuição da participação de 16,5% para 14,0% da renda do trabalho dos trabalhadores por conta própria (Hoffmann e Ney, 2008, p. 28). Houve significativo aumento da parcela “juros, bolsa-família e outros” na composição da renda total, em 2001 esta parcela representava 0,9% de toda renda declarada, em 2006 passou a representar 2,2%, uma variação de 136,3% (Hoffmann e Ney, 2008, p. 28). Os autores destacam que o aumento na participação da parcela “juros e bolsa família e outros” é explicado principalmente pela expansão das rendas mais progressivas originadas por programas de auxílio como o bolsa família, e renda mínima.

TABELA 9: PARTICIPAÇÃO (ϕ_h) DE CADA PARCELA DO RENDIMENTO DOMICILIAR BA RENDA TOTAL. BRASIL 2001 – 2006.

Estadística	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Renda de todos os trabalhos	0,7794	0,7738	0,7667	0,7634	0,7591	0,7591
Empregados	0,4974	0,4972	0,4920	0,4994	0,5004	0,4999
Militar e func. público	0,0997	0,0993	0,1002	0,1014	0,0986	0,1067
Outros empregados	0,3977	0,3979	0,3918	0,3979	0,4018	0,3932
Conta própria	0,1647	0,1575	0,1582	0,1521	0,1457	0,1400
Empregador	0,1174	0,1190	0,1166	0,1120	0,1131	0,1193
Após. e pensões oficiais	0,1711	0,1722	0,1848	0,1813	0,1816	0,1798
Outras aposent. e pensões	0,0143	0,0144	0,0135	0,0147	0,0162	0,0152
Doações de outros domic.	0,0067	0,0076	0,0071	0,0073	0,0071	0,0071
Renda de aluguéis	0,0193	0,0191	0,0174	0,0174	0,0182	0,0173
Juros, bolsa família e outros	0,0091	0,0129	0,0105	0,0159	0,0177	0,0215
Total	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

FONTE: Hoffmann e Ney (2008).

O coeficiente de Gini é uma média ponderada das razões de concentração, pode ser decomposto na participação de cada fonte de renda na renda total e no coeficiente de concentração de cada fonte de renda. A progressividade é determinada subtraindo-se o Gini total da razão de concentração de cada fonte de

renda. Se a razão de concentração de uma parcela positiva é menor que o índice de Gini, diz-se que essa parcela é progressiva, pois ela contribui para reduzir a desigualdade, por outro lado, se a razão de concentração for maior que o Gini, diz-se que a parcela é regressiva (Hoffmann e Ney, p.19, 2008). Desta forma, uma mudança no nível de desigualdade pode estar associada ao efeito-composição ou ao efeito-concentração da renda. Se não há variação na composição de componentes progressivos e regressivos na renda, não deveria ocorrer nem a redução e nem o aumento da desigualdade pessoal da renda, a não ser que ocorra alguma mudança nas razões de concentração das parcelas da renda domiciliar.

A tabela 10 mostra a evolução da razão de concentração de todas as fontes de renda. Os dados apresentam indícios de que a redução da desigualdade esteja mais associada ao efeito-concentração do que ao efeito composição das rendas. Segundo os autores, a razão de concentração da renda de todos os trabalhos é quase sempre menor do que a medida geral de desigualdade, apresentando, em ambos os casos, tendência de queda da desigualdade no período analisado. A renda do trabalho dos empregados e trabalhadores por conta própria apresentam quedas significativas no período. A razão de concentração da renda do trabalho dos empregados passou de 0,5464 para 0,5149 e, a dos trabalhadores por conta própria passou de 0,5232 para 0,4857. Mais significativa é a queda da parcela “juros bolsa família e outros” que cai de 0,5394 para 0,1230.

TABELA 10: RAZÕES DE CONCENTRAÇÃO (C_h) RELATIVAS AO ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA*. BRASIL, 2001 – 2006.

Estatística	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Renda de todos os trabalhos	0,5889	0,5834	0,5778	0,5668	0,5642	0,5631
Empregados	0,5467	0,5441	0,5347	0,5227	0,5218	0,5149
Militar e func. público	0,7387	0,7411	0,7331	0,7332	0,7355	0,7455
Outros empregados	0,4986	0,4950	0,4840	0,4690	0,4693	0,4524
Conta própria	0,5232	0,5012	0,5043	0,4995	0,4863	0,4857
Empregador	0,8599	0,8563	0,8596	0,8548	0,8527	0,8559
Após. e pensões oficiais	0,6011	0,5929	0,5938	0,5964	0,5850	0,5762
Outras aposent. e pensões	0,6260	0,5870	0,5698	0,5678	0,6142	0,5814
Doações de outros domic.	0,3951	0,4294	0,4035	0,4625	0,4135	0,4422
Renda de aluguéis	0,7971	0,8030	0,8009	0,7863	0,7886	0,7904
Juros, bolsa família e outros	0,5394	0,5122	0,3387	0,2594	0,2384	0,1230
Total	0,5938	0,5872	0,5808	0,5687	0,5661	0,5593

FONTE: Hoffmann e Ney (2008).

A tabela 11 mostra a decomposição da mudança no Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, entre 2001 e 2006, quantificando a análise do efeito-composição e do efeito-concentração de cada fonte de renda. Constata-se que o efeito das mudanças na concentração dos diversos componentes da renda, o efeito-concentração, é responsável por mais de 90% da queda na desigualdade da distribuição pessoal da renda medida pelo índice de Gini, enquanto o efeito composição responde por menos de 10%. A renda do trabalho é o componente mais progressivo contribuindo com 57,57% via efeito-concentração.

TABELA 11: DECOMPOSIÇÃO DA MUDANÇA NO GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA* NO BRASIL ENTRE 2001 E 2006.

Parcela do rendimento	Efeito Composição	Efeito Concentração	Total
	% de (S _{oh})	% de (S _{Ch})	% de (S _h)
Renda de todos os trabalhos	-0,03	57,60	57,57
Empregados	0,34	45,98	46,32
Militar e func, público	-3,38	-2,05	-5,43
Outros empregados	-1,32	53,07	51,75
Conta própria	-5,17	16,61	11,44
Empregador	-1,55	1,37	-0,18
Após. e pensões oficiais	-0,30	12,72	12,42
Outras aposent. e pensões	-0,07	1,91	1,84
Doações de outros domic.	0,16	-0,94	-0,78
Renda de aluguéis	1,26	0,36	1,62
Juros, bolsa família e outros	8,82	18,52	27,34
Total	9,84	90,16	100,00

FONTE: Hoffmann e Ney (2008).

Mesmo considerando a dificuldade de imprecisão nos dados, é possível concluir que queda na desigualdade pessoal de renda se reduziu substancialmente mesmo que a renda do trabalho na renda nacional tenha se mantido praticamente estável durante os primeiros anos da década de 2000. O SCN permite observar a participação dos salários e dos ganhos de capital, mas não mostra como cada componente da renda é distribuído entre a população. Considerando que o efeito-composição da renda de dos empregados e empregadores é muito pequeno, o efeito-concentração da renda dos empregados do setor privado responde por mais da metade da redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda no período.

Outra contribuição significativa foi a expansão dos programas oficiais de auxílio. A principal contribuição da parcela "juros, bolsa família e outros" se deu via melhora extraordinária na sua progressividade, embora participe com apenas 2,0%

da renda total, essa fonte de renda reduziu em mais de $\frac{1}{4}$ a desigualdade de renda pessoal. Cabe destacar que para esta parcela de renda foi significativo tanto o efeito-composição quanto o efeito-concentração da renda.

A contribuição de aposentadorias e pensões ficou em torno de 12% e se deu inteiramente via efeito-concentração. A razão de concentração passou de 0,601 para 0,576 no período analisado, contudo a expansão da participação dessa renda, de 17,1% para 18% entre 2001 e 2006, no rendimento total, contribuiu para aumentar a desigualdade visto que se trata de uma parcela regressiva dentre as que compõem a renda nacional.

5. CONCLUSÃO

Os indicadores de desigualdade da distribuição pessoal da renda, com base nos dados da PNAD, apresentados no capítulo dois, apontam para uma inegável tendência de queda. Após um período de elevação rígida e inflexível, entre 1960 e final da década de 1980, quando a desigualdade brasileira atingiu seu ponto máximo, seguida de um período de instabilidade e oscilações até 1995, teve início um período de queda quase que contínua das medidas de desigualdade. O coeficiente de Gini saiu de 0,5999, em 1995, para 0,538 em 2009, uma queda acumulada de 10,18%. Importante ressaltar que essa queda esteve mais concentrada no período entre 2001 e 2009, quando a redução acumulada foi de 9,3, o que representa uma taxa média anual de 1,2%. Essa queda nos indicadores da desigualdade da distribuição pessoal da renda caracterizou uma melhoria nas condições de vida da população mais pobre. Apesar disto, os indicadores brasileiros, relativos à distribuição de renda, ainda são destaque no cenário mundial, caracterizando o país como um dos mais desiguais do mundo.

No capítulo três foram apresentados alguns estudos sobre os determinantes da recente queda. As três discussões apresentadas ratificam a identificação da renda do trabalho como a principal fonte de renda associada à queda da desigualdade da distribuição pessoal, e atribuem às transferências de renda um instrumento complementar e de importância significativa no processo redistributivo. Há clareza também que as transferências de renda tem mais peso onde há maior incidência de pobreza e que a importância de tais fatores muda conforme o indicador utilizado: indicadores mais sensíveis às rendas mais baixas atribuem maior importância às transferências governamentais.

Soares (2006), utilizando a metodologia da decomposição de Gini, investiga duas explicações possíveis para a queda da desigualdade pessoal da renda. A primeira estaria associada às políticas sociais do Estado, em particular aos programas de transferência de renda. Um a segunda explicação seria que a queda da desigualdade da distribuição pessoal da renda estaria atrelada às mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Através da análise do impacto de diferentes fontes de renda sobre a distribuição, no período de 1995 a 2004, o autor conclui que “apesar de os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, terem contribuído fortemente para a redução da desigualdade, foi a

desconcentração dos rendimentos do trabalho, fruto de mudanças no mercado de trabalho, a responsável por três quartos da queda no coeficiente de Gini” (SOARES, 2006, p. 112).

Cacciamali e Camilo (2007) investigaram a redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda, entre 2001 e 2004, no Brasil e nas macrorregiões brasileiras. Os autores identificaram que a renda do trabalho se constituiu no principal determinante da queda da desigualdade da distribuição pessoal, contribuindo com 74% na média agregada. As transferências públicas foram colocadas como um instrumento complementar ao comportamento do mercado de trabalho e foram responsáveis por 25,41% da queda.

Por fim, Barros *et al* (2010), ao realizarem simulações contrafactuais para mensurar a participação das diferentes fontes de renda na queda da desigualdade pessoal da renda, concluem que a queda recente, utilizando o coeficiente de Gini como a medida de desigualdade na distribuição da renda, deu-se, na magnitude de 60%, devido a melhorias na distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador e, em 40%, devido às transformações na distribuição de renda não derivada do trabalho. Os autores observam que essas contribuições são sensíveis à medida de desigualdade utilizada. Quando a mesma análise é feita com base em uma medida mais sensível à renda dos mais pobres (razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres), a importância dos fatores determinantes se inverte, aumentando a importância das transformações na renda não derivada do trabalho, que passou a ser responsável por metade da queda na desigualdade (51%). As mudanças em renda do trabalho por trabalhador passaram a explicar 41%.

Em seguida, no capítulo 4, são apresentados os fatores considerados como limitantes do fenômeno em questão. Em um primeiro momento, a partir do artigo de Dedecca, Jungbluth e Trovão (2008) e Dedecca (2006), é exposto o problema de subdeclaração dos rendimentos que fazem com que a análise da distribuição pessoal da renda no Brasil se circunscreva à dimensão mais geral do mercado de trabalho brasileiro. Em continuidade a esta discussão, acrescentou-se o conteúdo do Estudo do IPEA (2008), onde é colocada em análise a trajetória da distribuição pessoal em comparação à trajetória da distribuição funcional da renda. Inicialmente é demonstrado que a queda da desigualdade na distribuição pessoal da renda, circunscrita sob a ótica dos rendimentos do trabalho, esteve condicionada a

elevação da renda da base da pirâmide social brasileira, bem como da diminuição da renda dos ocupados mais bem remunerados. Isso caracteriza que a melhora na distribuição de renda, no início da década de 2000, reduziu o rendimento médio da população, indicando a importância do crescimento econômico sustentado para que a melhora na desigualdade seja sustentada e eleve o padrão de rendimento para todos os estratos da população. Com isso, foi possível concluir que entre os anos analisados, de 1990 a 2007, somente em seis houve redução da desigualdade pessoal em concomitância à redução funcional da renda.

Por fim, o trabalho de Hoffmann e Ney (2008) foi exposto com o objetivo de verificar se existe de fato uma contradição entre a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho e da renda domiciliar *per capita* quando comparada a participação da renda do trabalho na renda nacional. Os autores demonstram que a principal razão para a redução da desigualdade da renda domiciliar *per capita*, entre 2001 e 2006, foi o declínio da desigualdade do rendimento do trabalho, seguido pela expansão dos programas oficiais de auxílio. Como a redução da desigualdade ocorreu, em 90%, devido à queda na concentração (efeito-concentração) da renda do trabalho e não devido a mudanças na composição da renda entre suas parcelas, sobre a distribuição final, a pequena redução na participação da renda do trabalho na renda nacional, entre 2001 e 2006, ocorre em concomitância com a melhoria da distribuição pessoal da renda.

Com isso, há o reconhecimento da importância da redução da desigualdade pessoal da renda apresentada no período. Mesmo que tenha ocorrido uma ligeira perda da participação da renda do trabalho na renda nacional (ligeira piora na distribuição funcional), é possível que tenha ocorrido uma melhora nos indicadores da desigualdade pessoal da renda, via efeito-concentração, das parcelas de renda que a compõe. Nos períodos onde não houve uma melhora generalizada da distribuição pessoal e funcional da renda, observa-se que, com a ocorrência da melhora dos indicadores da distribuição pessoal, houve transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres. Essa situação é positiva, dado o patamar altíssimo de desigualdade social no qual o Brasil se encontra, porém a situação não é sustentável a longo prazo. Desta forma, evidencia-se a necessidade de crescimento sustentado, para que haja incremento da renda de todas as parcelas da população, e políticas públicas que possibilitem uma distribuição mais justa dos frutos do crescimento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, E. L., Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARROS, R., MENDONCA, R. **A evolução do Bem-estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960**. Ipea – TD 286. Dezembro de 1992.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S; MENDONCA, R. **Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira**. In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. cap. 12, v. 1.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S; MENDONCA, R. **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda do Brasil**. Ipea – TD 1460. Janeiro de 2010.

CACCIAMALI, M.C.; CAMILO, V. **A redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2004 nas macrorregiões brasileiras. Tendência ou fenômeno transitório**. In: XII ENCONTRO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA, São Paulo: USP, 2007. Anais. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/cacciamali/publicacoes.htm

CUROTTO, A. R. **Um estudo sobre a queda da desigualdade de renda no Brasil entre 2001 e 2009**. 64 f. Monografia – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa**. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N.; Ulyseia, G. (Eds). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007, v. I. cap. 9, p. 299-330.

DEDECCA, C. S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C.J. B. M. **A queda recente da desigualdade: relevância e limites**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36 f. Salvador, 2008. Anais. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211447120-.pdf

FISHLOW A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOFFMANN, R., Ney, M. G. **A recente queda da desigualdade de renda**: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Econômica* v. 10, n. 1, p. 7-39. Rio de Janeiro. 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002**. PNAD, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS – BRASIL, 2004 – 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**. PNAD, v. 30, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais**. Brasil, 2005 -2009. Rio de Janeiro. 2011.

IPEA. **Distribuição Funcional da Renda no Brasil**: Situação recente. (Comunicado Ipea n.14). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

IPEA. **PNAD 2009 – Primeiras Análises**: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009. Brasília. 2010. (Comunicado Ipea n.63). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

IPEA. **A Distribuição dos Rendimentos do Trabalho e a Queda da Desigualdade de 1995 a 2009**. Brasília. 2010. (Nota técnica). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

IPEADATA. Evolução do salário mínimo. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

KUZNETS, S. Economic Growth and income inequality. **American Economic Review**, v. 45, n. 1, 1955. American Economic Association.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SOARES, S. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004**. *Econômica*, v. 8, n. 1. p. 83-115, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/economia.htm>